

deBatEs#2

ESQUERDA SOCIALISTA

**ESCOLHE
O FUTURO!**

2 e 3 Junho 2007 | Fórum Lisboa

V Convenção do Bloco de Esquerda



deBatEs #2

Índice

- 3 → Propostas de Alteração às Moções de Orientação**
- 17 → Propostas de Alteração aos Estatutos**
- 19 → Contributos para os debates da V Convenção**

**O DEBATE TAMBÉM SE FAZ NA INTERNET.
CONSULTA OS BLOGUES DAS MOÇÕES:**

MOÇÃO A → www.bloco2007.blogspot.com

MOÇÃO B → www.furou.blogspot.com

MOÇÃO C → www.alterbloco.blogspot.com

MOÇÃO D → www.objectivosocialismo.blogspot.com

Editor: Bloco de Esquerda

Morada: Av. Almirante Reis, 131 – 2º 1150-015 Lisboa

Ano: 2007

Nº depósito legal: 257898/07

Impressão Rainho & Neves, Lda - Santa Maria da Feira

Tiragem: 7500 exemplares

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

Reproduzimos as propostas de alteração às moções e respostas dos respectivos subscritores.

As propostas recusadas podem, nos termos do regulamento, ser sujeitas à votação da Convenção pelos seus autores.

I. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A

A) Proposta de José Soeiro - aceite

O TRABALHO DE JUVENTUDE DO BLOCO SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO DO PONTO 8.7. DA MOÇÃO A

A reflexão sobre a juventude e sobre a diversidade da experiência social desta categoria, o balanço das dificuldades que caracterizam os últimos dois anos de construção do Bloco nos jovens e a tentativa de encontrar ideias que pudessem potenciar o trabalho de juventude do Bloco levaram-nos a escrever um texto que é a justificação da adenda agora proposta e que dá pelo título de “Tanta gente sem causa, tanta causa sem gente” e que é subscrito por: José Soeiro, Ana Bastos, Bruno Mendes, Catarina Príncipe, Joana Mortágua, Jorge Pereira, Ricardo Lafuente e Rodrigo Rivera. Uma vez que esse texto não pode ser publicado por constrangimentos de espaço, remetemos a sua leitura para o endereço www.bloco2007.blogspot.com e limitamo-nos a sugerir, seguindo o espírito do texto, a alteração do ponto 8.7. da Moção A pelo que segue.

8.7. O trabalho de juventude do Bloco deve criar espaços de formação e acção políticas, que aglutinem activistas, criem sociabilidades contra-culturais e promovam a partilha de experiências e lutas. Deve ser aberto à diversidade, liberto de sectarismo, inclusivo, multiforme (multiplicando os meios de reflexão e comunicação política, da reunião e do comunicado às expressões artísticas e à acção directa concreta), marcar agenda e dinamizar iniciativas públicas que levem as propostas do Bloco para a rua e para os lugares que definem a vida social dos jovens.

Um desses lugares é a escola, onde o Bloco deve intervir organizadamente para desenvolver o movimento estudantil mas também para promover identidades

internacionalistas, movimentos contra as guerras, culturas alternativas e legalização das drogas leves, campanhas de igualdade de género ou contra as discriminações sexuais, ou contra o racismo e a xenofobia. Através de núcleos de jovens do Bloco ou de grupos abertos de estudantes, os militantes do Bloco canalizam a sua intervenção para o secundário e o superior e para a organização dos jovens nas escolas. A Conferência Nacional de jovens, realizada de dois em dois anos, deve eleger delegados que representam o activismo bloquista no sector e que votam uma coordenação nacional e definem modos de actuação. A atribuição de responsabilidades aos militantes mais novos mede-se pela capacidade de renovação da direcção, que deve ser protagonizada pelos mais jovens, sejam do secundário ou do superior (25 anos parece ser o limite desejável para as listas à Coordenadora, matéria que a Conferência poderá decidir).

Porque há referências culturais que aproximam os jovens mesmo que vivendo experiências distintas, o Bloco valoriza espaços de encontro, reflexão e convívio entre os jovens (encontros, acampamentos, festivais, etc.), reconhecendo que hoje as trajectórias entre formação e trabalho não são lineares e que é cada vez mais comum a complementaridade entre a experiência escolar e a precariedade e intermitência laboral. Por isso, o Bloco incentiva e apoia o activismo de jovens trabalhadores, precários ou desempregados, que podem criar espaços de intervenção específicos (como aconteceu já em relação aos recibos verdes, aos bolseiros ou aos intermitentes) e que devem desenvolver modos de coordenação e articulação nacionais próprios. A intersecção deste trabalho com as estruturas do Bloco que intervêm sobre a questão do trabalho é uma mais-valia que potencia o activismo dos jovens trabalhadores, colocando-os em contacto com outras experiências.

B) Proposta de Catarina Príncipe e outros - aceite

Esta é uma versão reduzida do texto original, que pode ser encontrado em www.bloco2007.blogspot.com

GLOBALIZAR A RESISTÊNCIA**OS JOVENS NA LUTA ANTI-CAPITALISTA EUROPEIA**

Neste momento, surgem cada vez mais movimentos e plataformas com vista a um entendimento comum e à construção de redes de trabalho a nível europeu. Estes movimentos são a expressão clara de uma vontade enorme de trabalhar em conjunto com pessoas diferentes, numa aprendizagem constante das imensas maneiras de ver o mundo e de interagir sobre ele. A “contaminação” de conhecimentos, necessidades e culturas é o aprender da solidariedade.

A necessidade de construir lutas e alternativas a nível global é premente. Pensar alternativas de resistência supranacionais com as quais seremos, não só mais fortes mas também mais eficazes, está também nas nossas mãos.

1. ENDYL: uma rede europeia de jovens para impulsionar o activismo anti-capitalista

A ENDYL (European Network of Democratic Young Left) é uma rede de variados movimentos de esquerda jovens e está aberta a qualquer organização democrática de esquerda europeia, que se encontre entre os limites das organizações não anexadas à estratégia social-democrata e que se distanciem das percepções ortodoxas e dogmáticas dos regimes estalinistas.

A ENDYL baseia o seu trabalho na democracia, liberdade individual, solidariedade, direitos humanos e responsabilidade ecológica, com o intuito de abolir a opressiva e exploradora ordem capitalista mundial e lutar para atingir modelos alternativos de produção e de interacção humana.

A ENDYL é uma estrutura organizada e apoiada pelo grupo parlamentar europeu GUE/NGL.

Sendo uma rede, a definição política e ideológica não é muito forte – assenta em princípios e ideais de esquerda e discute situações mais práticas e formas de intervenção mais imediatas.

Assim, a entrada do Bloco de Esquerda para membro da ENDYL deve ser o mais rápida possível. Os jovens do Bloco têm estado bastante à margem de qualquer tipo de intervenção política e/ou social a nível internacional e, fazermos parte de uma rede como a ENDYL, seria um óptimo primeiro passo para poderemos participar e construir oficialmente um movimento a nível europeu.

A entrada para a ENDYL permitir-nos-á também participar activamente e em conjunto com muitas outras associações nos Fóruns Sociais, como já aconteceu no ano passado, no FSE em Atenas.

A ENDYL não tem qualquer tipo de poder vinculativo no que toca às decisões políticas nacionais de cada organização.

2. ELYP - European Left Youth Project

A caminho de um maior acordo político e ideológico

A perspectiva continental da política tem sido a concepção comum que levou, nos últimos anos, à criação de redes políticas supranacionais e plataformas, como um facto irreversível de que a contraproposta ao sistema liberal tem que acontecer também a nível Europeu, no sentido de reforçar as lutas globais.

Mas surge agora a necessidade de criação de um plano político e social conjunto, o que só será possível atingindo um outro nível de cooperação política. A criação do PEE (Partido da Esquerda Europeia) surge de um longo debate e de um esforço no sentido do entendimento comum entre vários partidos com uma base histórica e ideológica muito diferente, a partir de uma plataforma que rejeita a guerra e a NATO, o neoliberalismo e as discriminações.

No seguimento da criação do PEE, começa a sentir-se, dentro do mesmo, a falta de intervenção política a nível da juventude. Assim, sente-se que uma discussão ideológica aprofundada e a criação de uma plataforma de trabalho, bem como começar a existir um maior envolvimento dos jovens, que sempre foram um motor da transformação social, no partido.

O ELYP não é uma tentativa de criar uma juventude partidária ligada ao PEE, mas sim, de construir uma base política comum entre jovens, que ultrapasse os limites da UE, num projecto original, aberto, democrático e radical, para ser expandido para além do PEE. É um projecto que pretende englobar todo o tipo de organizações de jovens, desde: organizações da ENDYL, PEE, GUE/NGL e EACL (European Anticapitalist Left), bem como organizações políticas não partidárias, organizações de países fora da UE e membros a título individual.

A Moção A insiste no carácter internacionalista das lutas e reivindica o espaço europeu como espaço de articulação da luta social contra o capitalismo. Recusando o sectarismo e promovendo o contacto entre diferentes experiências, é na acção política concreta que a luta contra a guerra, contra o neoliberalismo e as discriminações ganha em radicalidade, porque desafia o capitalismo nas escalas em que ele hoje se afirma e violentamente impõe a sua agenda aos povos. Assim, a participação dos jovens em redes e organizações que densifiquem a resistência ao neoliberalismo é uma exigência que dá corpo à esquerda que o Bloco quer construir.

Assim, propomos a seguinte adenda ao ponto 3.6 da Moção A:

Os jovens do Bloco, reforçando a perspectiva global e internacionalista das lutas, integram a ENDYL (European Network of Democratic Young Left) e participam no processo de construção do ELYP (European Left Youth Project).

Subscrevem: Catarina Príncipe, Adriana Lopera, Ana

Bastos, Bruno Maia, Cármen Hilário, Catarina Alves, Inês Leite, João Teixeira Lopes, Jorge Pereira, José Fonseca, José Soeiro, Manuel Ramos, Margarida Santos, Miguel Portas, Miguel Reis, Natasha Nunes, Paz Carvalho, Pedro Pombeiro, Renato Soeiro, Ricardo Gomes, Ricardo Lafuente, Rita Calvário, Rodrigo Rivera

C) Propostas de Pedro Abreu e Rui Abreu - aceite

Entender que a estratégia das companhias petrolíferas norte-americanas assentava na exploração petrolífera das jazidas de petróleo no Iraque é, no nosso entender, uma análise insuficiente e está em contradição com os indicadores económicos do sector. Uma das consequências mais concretas desta guerra foi um aumento acentuado do preço do petróleo e do gás natural, assente numa instabilidade que se instalou nos mercados petrolíferos fomentando a especulação, na qual a guerra no Iraque tem uma enorme responsabilidade. A preços normalizados, o preço do barril passou de cerca de 30 dólares em 2003 para os actuais cerca de 60 dólares. Tal aumento resultou numa exponencial valorização bolsista da generalidade das grandes multinacionais petrolíferas, com as norte-americanas à cabeça.

Isto revela-se nos números publicados pela revista 'Fortune'¹. Das sete maiores (em receitas) empresas norte-americanas em 2005, três são petrolíferas, tendo duas delas aumentado os lucros de 2004 a 2005 cerca de 50%. A Exxon Mobil (Esso) é actualmente a maior empresa mundial (posição que não ocupava desde 2001), tendo batido todos os recordes de lucros historicamente registados por qualquer empresa norte-americana.

Esta valorização resulta sobretudo do aumento do valor da matéria-prima, o barril de petróleo ou o metro cúbico de gás natural com que, as grandes multinacionais com estruturas integradas (da exploração à refinação, ao abastecimento dos mercados consumidores) potenciam a maximização do lucro. Estas empresas funcionam de um modo geral à escala global, com operações em dezenas de países, sendo o Iraque, embora importante pelo volume estimado das suas reservas², apenas uma peça no puzzle global dos seus negócios. A título de exemplo refira-se que a Esso tem actualmente poucas operações a decorrer no Médio Oriente, sendo a sua produção anual de petróleo de 4 milhões de barris diários (duas vezes a do Kuwait, e certamente no clube dos dez maiores produtores mundiais) sobretudo oriunda da América do Norte, África, Europa e Ásia-Pacífico. O retorno de capital empregue foi ainda para a Esso (em alinhamento com a generalidade das grandes petrolíferas) em 2004 de cerca de 30% e a indústria no seu todo foi a mais lucrativa no ano de 2005 tendo

sido também a que mais dividendos distribuiu pelos seus accionistas.

Seria o anteriormente exposto apenas um efeito colateral duma guerra a decorrer numa área vital do ponto de vista das reservas petrolíferas, se não fossem conhecidas as relações próximas entre os membros da administração Bush (com destaque para Dick Cheney e para a própria família Bush) e algumas das multinacionais da indústria petrolífera³. Deste ponto de vista parece-nos claro que Bush & Cia não são apenas representantes do grande capital, eles são parte integrante deste.

Para entendermos na sua plenitude a estratégia das grandes multinacionais petrolíferas é necessário mergulhar um pouco na crueza dos números da exploração ao nível global. Desde a década de 1970 que a dimensão das jazidas de petróleo encontradas tem vindo a diminuir. Por outro lado, o avanço tecnológico que tem vindo a prolongar a rentabilidade económica do petróleo, quer através de uma maior depletação das jazidas descobertas, quer através da descoberta de inúmeras jazidas de pequena e média dimensões. Esta última é aliás uma condicionante significativa de toda a estratégia das petrolíferas. Jazidas de menor dimensão e em locais cada vez mais longe dos mercados de consumo só são economicamente viáveis numa lógica de altos preços.

Ao contrário do sugerido na Moção A, da qual somos apoiantes, parece-nos que a escalada dos preços do petróleo compensou (e muito) a produção, mesmo que condicionada pela instabilidade, das reservas iraquianas (dos cerca de 6 milhões de barris possíveis de serem extraídos diariamente, apenas cerca de 25% têm sido extraído).

O parágrafo que se insere no ponto 2.3, referente à análise da crise do Império, que tem na sua redacção:

“Fracassou a estabilidade indispensável à exploração petrolífera pelas grandes empresas norte-americanas. De momento o único verdadeiro ganhador é o complexo militar e securitário que beneficia da própria privatização da guerra.”

Merece-nos a seguinte proposta de alteração:

“De momento os únicos verdadeiros vencedores são: o complexo militar e securitário que beneficia da própria privatização da guerra e as empresas petrolíferas, que viram os seus lucros crescerem de forma exponencial, beneficiando da especulação instalada nos mercados internacionais, a qual só foi possível com a ocupação do Iraque.”

NOTAS DE RODAPÉ DO TEXTO JUSTIFICATIVO DA PROPOSTA C)

¹ Europe Edition, Numero 7, Maio de 2006

² Com um valor estimado de cerca de 115 bilhões de barris, o Iraque terá possivelmente as quartas maiores reservas mundiais. <http://www.infoplease.com/ipa/A0872964.html>

³ Vide Michael Moore

D) Propostas de Francisco Casaca:

1) Na pág. 19 de deBatEs #1 apagar “provavelmente em de-sastre” em “É ela que explica a divisão actual em Washington...”
- **aceite**

2) Na pág. 24 incluir na zona de fundo negro: “semana de trabalho com o máximo de 35 horas como o primeiro passo para a semana de trabalho de 4 dias. Férias anuais com um mínimo de 5 semanas para todos os trabalhadores.” - **recusada**

Comentário da Moção A: “a redução do horário já é património do Bloco, a duração das férias pode ser também uma forma de redução do horário de trabalho mas a ideia nunca foi discutida no Bloco”.

3) Incluir também na mesma pág: “refeições escolares gratuitas para combater a pobreza e evitar doenças provocadas por uma má alimentação das crianças, como a obesidade”
- **aceite**

4) Na pág. 26 incluir na zona de fundo negro “rede de transportes públicos gratuita: o aquecimento global exige mover centenas de milhares de pessoas dos carros para os transportes públicos”. - **aceite**

E) Propostas de Rui Faustino - recusadas.

Comentário da Moção A: “Não aceitamos a ideia de que o PCP e o Bloco têm o mesmo programa. Estranhámos que um apoiante da Moção C (escreve Faustino: «Apesar das diferenças, a Moção C é, de longe, a melhor das moções apresentadas à Convenção Bloquista. Mesmo em polémica com os companheiros, sabe que tendes, desde já, o meu voto.») apresente alterações a uma Moção de que discorda”.

PROPOSTA 1:**PELA UNIDADE BE-PCP**

A burguesia mostra-se incapaz de, no quadro mundial da divisão social do trabalho, proporcionar aos trabalhadores portugueses outra coisa que não seja contínua e agravada exploração; mostra-se incapaz de desenvolver e modernizar o país. Não é por acaso, idiotice ou malvadez que o ministro da economia vai a Pequim apelar ao investimento chinês em Portugal com o argumento de que temos os mais baixos salários da Europa!

Só a classe trabalhadora, organizada e armada com um programa de transição para o socialismo, pode solucionar a crise actual. Superemos, portanto, o sectarismo, construindo a união da esquerda anti-capitalista: **Lutemos pela unidade entre comunistas e bloquistas**, como o primeiro passo para reunir todo o campo da esquerda em torno dum programa que sirva os interesses da classe trabalhadora.

Onde estão as diferenças irreconciliáveis entre o programa do Bloco de Esquerda e as propostas do PCP? Não estão em parte nenhuma! O pouco que nos separa é infinitamente menor do que tudo o mais que nos une. Os nossos partidos não foram construídos para defenderem ou disputarem coutadas eleitorais, arrebatar mais votos e eleger outros tantos deputados. Os nossos partidos são a expressão polí-

tica do esforço da classe trabalhadora para conquistar a sua emancipação.

Aceitaria o PCP tal aliança? A Direcção do PCP receia, acima de tudo, que a sua base social de apoio seja “contaminada” pelas ideias do Bloco. Por isso mesmo, porém, mais premente se torna formular essa proposta de frente única eleitoral, pois tal recusa exporia aos olhos da base comunista o sectarismo e conservadorismo da sua Direcção.

Ao longo das últimas décadas, entre os militantes e simpatizantes do PCP, contam-se a maioria dos mais abnegados activistas do movimento sindical e popular. É impossível ao Bloco ganhar raízes na classe trabalhadora – quanto mais dirigir um processo de transformação revolucionária no nosso país – sem conseguir ganhar a base social de apoio do PCP e os milhares de militantes que têm, ainda que com um programa e as perspectivas erradas, animado e dirigido o combate popular.

Significaria tal aliança a diluição do Bloco numa frente unitária? Não! Mil vezes não!

Mantendo-se intactas as estruturas dos dois partidos e incidindo o acordo numa base programática de – digamos - 30 medidas de emergência para resolver a crise e mobilizar a classe trabalhadora e o povo, restaria ainda todo um largo campo de acção que permitiria a ambos os partidos apresentarem-se tal como são, com as suas identidades próprias.

Pelo contrário, propor à direcção do PCP – e também à direcção da CGTP – uma plataforma comum de luta com base em medidas concretas não representaria uma diluição do Bloco mas a possibilidade de influenciar e conquistar esse sector da vanguarda operária e popular.

O que não é aceitável é que a lógica de afirmação e crescimento partidário se sobreponha aos interesses gerais da classe: É do interesse da classe trabalhadora a unidade de bloquistas e comunistas em torno dum programa mobilizador que trave, agora, a ofensiva patronal e as medidas deste governo para, depois, impedir nova maioria absoluta do PS.

Da unidade forjada na luta se fará um programa político para as eleições legislativas de 2009: **Lutemos pela aliança BE-PCP nas legislativas de 2009 baseada num programa de classe que se proponha a defender no parlamento e, sobretudo, a mobilizar nas empresas, nas indústrias, nas escolas e nas ruas uma alternativa socialista para Portugal. Isso sim, seria um salto qualitativo na organização, unidade e consciência da nossa classe, ganhando para a luta militante milhares de jovens e trabalhadores que aspiram a uma vida melhor.**

Os lugares e o protagonismo são o que menos importa. Atire-se uma moeda ao ar: Se sair caras, seja Louçã o primeiro da lista, se sair coroas seja Jerónimo! O que importa são as propostas. Discutamos da base ao topo, do mais modesto militante ao mais responsabilizado dirigente, o programa político que queremos propor aos trabalhadores e ao povo! Levemos essa discussão a todo o país.

Pelo pleno emprego! Pela abolição do Pacote Laboral e o fim da precaridade! Pela redução imediata da jornada laboral para as 35 horas! Por aumentos visíveis dos salários!

Pela escola pública, de qualidade e universal! Pela salvaguarda do Serviço Nacional de Saúde! Pela Segurança Social

pública e o direito às reformas! Pelo direito à Habitação!

Para tal, para ser possível uma vida decente para todos, é necessário nacionalizar (sem compensações, excepto para os pequenos accionistas) a Banca, o sistema financeiro, os monopólios e as grandes empresas sob controlo dos trabalhadores: A economia deve ser democraticamente gerida e posta ao serviço da população.

Que Portugal se transforme num exemplo para os explorados da Europa, tal como a revolução Venezuelana está sendo uma referência para a América Latina. Contra a Europa dos patrões propomos a unidade dos trabalhadores numa Federação Socialista dos povos da Europa.

PROPOSTA 2:

MILITÂNCIA IE BUROCRACIA

Várias vezes a classe trabalhadora tentou emancipar-se do Capital, construindo organizações que fossem o instrumento da sua libertação. Essas organizações, porém, não existem no vazio e estão sujeitas às pressões e influências da classe dominante, da sua cultura, valores e ideologias.

Isso é tão mais verdadeiro quando tais sindicatos e partidos, durante um período prolongado, são forçados pelas relações de força existentes entre as classes, a desenvolver uma actividade nos limites e instituições da sociedade e Estado burgueses. A rotina instala-se e a inércia com ela.

À estabilidade social e política soma-se o alheamento dos trabalhadores da actividade militante quotidiana (apenas possível em momentos de ruptura revolucionária), favorecendo o estabelecimento duma camada de activistas que se dedica exclusiva e profissionalmente à representação dos trabalhadores, mas sem o controlo destes: a burocracia ganha raízes na apatia. Surge, igualmente, a tentação de mudar o sistema por dentro, substituindo a transformação radical da sociedade pela lenta acumulação de forças, abdicando-se da revolução em função das reformas possíveis.

No passado, foi o que sucedeu às organizações social-democratas – primeiro – e às comunistas – depois. Não se trata de pregar etiquetas: do Bloco estar ou não estar burocratizado. O formalismo contenta-se com “sim” ou “não”, “preto e branco”, mas vida é dialéctica e não sendo nenhuma organização política estática e estanque, temos a tarefa de manter o Bloco no bom curso.

Para tal, não bastam os acertos do programa e estratégia delineados num dado momento, nem sequer a honestidade política dos seus participantes. Para atestar esta afirmação, não há melhor exemplo do que o fornecido pelo Partido Bolchevique: de partido da revolução mundial, em poucos anos se transformou no partido da burocracia russa e dos seus privilégios.

Para manter o carácter socialista do Bloco, este deve reunir a participação e intervenção dos próprios trabalhadores que quer organizar, mobilizar e representar. Porém, o Bloco continua sem real implantação social, sem ser capaz de organizar uma rede de activistas que,

através da participação e do esforço regular de construção do próprio partido, lhe garantam a imunidade contra a burocratização e a tentação institucional e parlamentarista. Os militantes e as suas estruturas reúnem esporadicamente, ao sabor de “campanhas”, não dispondo duma prática quotidiana de discussão e acção.

É necessário que as assembleias concelhias e/ou regionais reúnam com uma periodicidade (no mínimo) mensal e o mesmo suceda nos núcleos sindicais, de empresa e de escola que devem ser prioritariamente dinamizados, pois estão muito mais aptos a estimular o trabalho junto dos movimentos sociais. De igual modo, as Conferências sectoriais (juventude, trabalho, ambiente, autarquias, etc.) devem ser chamadas a decidir sobre o âmbito da intervenção específica, elegendo os seus organismos de coordenação.

Como nada disto tem sido realidade, a vida interna do Bloco, na prática, tem estado nas mãos do corpo de funcionários e do grupo parlamentar constituídos.

Os funcionários políticos são inevitáveis numa organização com a dimensão do Bloco. Todavia, é necessário garantir que os nossos funcionários e representantes sirvam o Bloco em vez de dele se servirem. São necessárias regras claras para que da dedicação a tempo inteiro à causa da classe trabalhadora não se retirem benefícios materiais e assim se cristalize uma burocracia afastada das condições de vida e aspirações do povo.

As propostas apresentadas seguem as teses defendidas por Marx e Lenine para prevenir o cancro burocrático, partindo da experiência histórica da Comuna de Paris.

a) O fim das nomeações pelo topo! Todos e quaisquer funcionários ou candidatos a cargos políticos devem ser eleitos pela base. Desta forma, a lealdade e prestação de contas dos eleitos e funcionários do Bloco será não para os órgãos de direcção que – até aqui – os têm escolhido, mas para com os militantes que os vierem a eleger

b) Pelo direito à revogação! Do mesmo modo que os militantes e respectivas estruturas têm o direito de escolher os seus representantes nos órgãos do partido ou do Estado, devem ter também o direito à revogação (a qualquer momento) dos mandatos daqueles dirigentes que perderem a sua confiança política

c) Remuneração pelo salário médio nacional! É necessário que os funcionários e eleitos do Bloco vivam como vive o povo: Não queremos representantes que se mantenham nos cargos por força dos privilégios adquiridos, mas por exclusiva dedicação à causa revolucionária. A diferença entre as remunerações oficiais dos cargos públicos e o salário médio nacional, deve ser entregue ao Partido para financiar a luta. Recusamos igualmente o argumento de ter de se pagar altos salários para que os “cérebros” se dediquem à política: esse é um argumento burguês. O que produz boas políticas não são habilitações académicas, mas consciência de classe

F) Propostas de Eduardo Pereira

1) sobre o desenvolvimento regional - **aceite**

No ponto 4.1 da Moção A, são apontadas as escolhas neo-liberais seguidas pelos últimos governos. No ponto 4.2, é dito que essas escolhas têm como consequência (entre outras) a devastação do território, sendo de seguida abordado os temas da especulação imobiliária e do “interioricídio”. Julgo que se justificaria aqui uma referência ao **desenvolvimento regional** e à importância de este reduzir as assimetrias existentes. Lembro que o aumento do desemprego e o modelo de acumulação baseado em “exportações baratas com trabalho barato” (aspectos referidos no ponto 4.1) têm relevância distinta em regiões distintas. Recordo, a título de exemplo, que o Norte é simultaneamente a região portuguesa onde o desemprego mais aumentou nos últimos 5 anos, de onde provém maior valor de exportações e onde a pobreza mais se agravou. Assim, proponho que o ponto 4.2 passe a contemplar um terceiro parágrafo, para o qual proponho o seguinte texto (passível de ser melhorado):

“As escolhas neo-liberais e a má gestão do território têm consequências regionalmente diferenciadas. O desenvolvimento regional é cada vez mais desequilibrado. O Bloco de Esquerda defende que as políticas de desenvolvimento regional se desenvolvam com respeito pelo princípio da coesão territorial.”

2) sobre o SNS - **aceite**

No ponto 5.2, para clarificação, proponho que se acrescente uma referência à necessidade de separar, no âmbito das carreiras, o SNS do sector privado. Sem essa separação, creio que será imparável a desvalorização do SNS. Assim, proponho que o ponto 5.2 passe a terminar da seguinte forma:

“(…); e numa gestão do SNS que garanta a cobertura universal, sendo assente numa carreira dos profissionais de saúde do sector público, a qual deve consagrar o princípio da exclusividade como forma de combater os sinais de promiscuidade entre SNS e sistemas privados.”

3) sobre formação profissional – **aceite**

No ponto 5.4 (em “caixa”) é defendida a rejeição da política de despedimentos na Função Pública através da *“reavaliação rigorosa das necessidades em todos os serviços públicos”* e da *“optimização dos recursos humanos”*. Julgo que faz aqui falta uma referência à necessidade de formação e reconversão profissional. De facto, a muitos trabalhadores da Função Pública (e não só) nunca foi facultada a formação profissional que era necessária e por isso muitos têm hoje competências que não são as que uma administração pública moderna exige. Os trabalhadores não são responsáveis por isso

e como tal não podem ser penalizados. Mas julgo que a referência à necessidade de formação e reconversão profissional dá mais consistência à posição de rejeição dos despedimentos na Função Pública. Assim, proponho que o quarto tópico da “caixa” incluída no ponto 5.4 passe a ter a seguinte redacção:

“A reavaliação rigorosa das necessidades em todos os serviços públicos como condição do desenvolvimento das políticas de educação, saúde, segurança social e redução da pobreza, em nome de um mapa nacional de igualdade e da optimização dos recursos humanos na Função Pública, promovendo a formação e reconversão profissional com respeito pelos direitos dos trabalhadores e rejeitando a política de despedimentos.”

4) sobre discriminação judicial na violência doméstica - **recusada**

Comentário da Moção A: “a imposição legal que requer que a violência seja “reiterada” para ser punida já foi abolida; no caso do divórcio, o Bloco já defende a guarda conjunta e deve continuar a fazê-lo”.

No ponto 5.5 são abordadas, entre outras, as questões de género. Proponho que seja acrescentado o seguinte parágrafo:

“Denunciamos o modelo sexista que sustenta a jurisprudência praticada por alguns tribunais, nomeadamente na desvalorização frequente da violência doméstica (se esta não for “reiterada”!) e no sistemático enviesamento com que são tratadas as questões de regulação do poder paternal, levando a que apenas por excepção algum pai possa vir a ter a custódia dos filhos, a qual é quase invariavelmente entregue à mãe. Estas duas situações são o verso e o reverso da mesma medalha, traduzindo ambas uma visão inaceitável da mulher como ser naturalmente destinado à parentalidade (ao contrário do homem, presume-se) e a quem dificilmente são reconhecidas outras competências, pelo que se tolera algum abuso cometido sobre elas (desde que este não seja “reiterado”!). Perante estas situações, o Bloco de Esquerda sublinha a necessidade de o exercício da Justiça respeitar o princípio da democracia de género.”

II. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO B

Não foram feitas quaisquer propostas de alteração a esta Moção.

III. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO C

Comentário da Moção C “Todas as propostas foram aceites, com pequenas alterações em algumas”.

A) Propostas de Cristina Portella e João Delgado

Alteração da redacção do último parágrafo de 1.4

Os representantes do Bloco de Esquerda no Partido da Esquerda Europeia deverão nos órgãos próprios, entre os quais o congresso do PEE deste ano, manifestar uma posição fortemente crítica da participação de um membro do PEE, a Refundação Comunista, num governo cujas políticas não contrariam a ordem capitalista vigente, aprovam a presença militar da NATO no seu país e são cúmplices da ‘guerra infinita’ do império norte-americano. Como a participação da Refundação Comunista no governo de Romano Prodi compromete a eficácia do PEE enquanto plataforma europeia de ruptura com as políticas liberais, autoritárias e militaristas da União Europeia, o Bloco de Esquerda deve propor, no âmbito dos Estatutos do PEE, artigo 6.4, a suspensão da participação da Refundação Comunista. Da eventual recusa desta proposta deve a direcção do Bloco extrair as devidas ilações, retirando-se do PEE.

Artigo 6.4 - Os procedimentos de suspensão temporária/provisória de participação em actividades, ou a anulação de membro do Partido de Esquerda Europeia, no caso em que um dos membros da organização viole seriamente os seus estatutos e os seus objectivos políticos, serão os mesmos que os usados aquando da admissão como membro do Partido.

B) Proposta de André Silva

Acrescentar no final de 1.3.6

Os principais problemas do nosso planeta, tanto os sociais como os ecológicos, são globais e a sua solução terá também forçosamente que ser global. A dívida externa, que na prática é uma dívida eterna, mantém a actual situação, em que os países do chamado Terceiro Mundo, bem como os países em vias de desenvolvimento, continuam a alimentar as fortunas dos multimilionários, na sua maioria dos países ricos.

Enquanto se mantiver a exploração dos países mais pobres pelos mais ricos (através do imperialismo europeu, norte-americano e japonês, a que se junta não raras vezes a corrupção dos dirigentes locais) a miséria desses povos continuará a aumentar, enquanto cada vez mais pessoas desesperadas arriscarão a vida a tentar entrar nos países mais desenvolvidos.

Somos cidadãos do mundo e queremos ajudar a construir, com todos os explorados e injustiçados do planeta, uma nova sociedade, onde não haja exploração

do homem pelo homem e onde a sustentabilidade ambiental seja uma realidade. Para nós não existem seres humanos ilegais. Existe sim um sistema profundamente injusto, que empurra todos os anos milhões de pessoas para a emigração, tentando fugir à pobreza extrema a que estão sujeitos. O capitalismo é que tem que ser “ilegalizado”, nunca pessoas.

Defendemos a legalização de todos os imigrantes e o fim da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, e também dos países em vias de desenvolvimento, como um primeiro passo para a redução das assimetrias Norte-Sul.

Uma parte importante das florestas tropicais, que ajudam significativamente a reduzir os gases com efeito de estufa, encontram-se nos países em vias de desenvolvimento. A dívida externa obriga-os também à exploração destrutiva dessas florestas. Acabemos com ela, não com as florestas!

C) Proposta de André Silva

Alteração ao segundo parágrafo de 2.4.4

Substituir: “Tão inocentes intenções são desmentidas (...) ou a energia.”

Por: Assumimos que o problema do consumo dos indivíduos é real, particularmente nos países desenvolvidos, mas está intrinsecamente ligado à sociedade em que vivemos. Para aumentar a acumulação capitalista esta sociedade gerou o mito do consumo. Por isso não aceitamos a tentativa de responsabilizar os indivíduos pela destruição ambiental, esquecendo o principal responsável: o sistema capitalista. Ou a Humanidade derruba o capitalismo ou seguirá para a barbárie social e ecológica.

D) Proposta de André Silva

Acrescentar ao segundo parágrafo de 2.5

“...e a implementação da redução efectiva do horário de trabalho sem redução de salário para permitir diminuir drasticamente o desemprego como principal flagelo do país.”

E) Proposta de Isabel Faria

Alteração ao segundo parágrafo de 2.4.1

A apresentação pública ao PCP de propostas de unidade de acção permanente terá impacto na consciência da classe trabalhadora.

Retirar a palavra “permanente”.

F) Proposta de Isabel Faria

Alteração no último parágrafo de 1.3.6

Onde se lê:

A União Europeia não é apenas a plataforma

comum para atacar os trabalhadores, os jovens e os imigrantes, mas também o campo de batalha (...).

Altera para :

A União Europeia, plataforma comum das políticas económicas e sociais neo-liberais, palco de ataques aos direitos dos trabalhadores, dos jovens e dos imigrantes, é também o campo de batalha (...).

G) Proposta de Isabel Faria

Novo 2.4.2, alterando a numeração subsequente

O BE tem que aliar aos projectos de Lei contra a Precariedade, um trabalho efectivo e mobilizador entre os trabalhadores precários. Trabalhadores sem vínculos, sem direitos, com presentes e futuros sempre adiados, a que o Movimento Sindical continua sem dar resposta e sem dar voz.

A estes jovens, a estes homens e mulheres, grande parte não sindicalizados, completamente dependentes da chamada diária das empresas intermediárias de fornecimento de mão de obra, não se pode acenar com as formas de luta tradicionais. Um trabalhador precário não pode fazer greve. Um trabalhador precário não pode exigir que o seu Contrato Colectivo de Trabalho seja respeitado. Um trabalhador precário, se fizer greve, não voltará a ser convocado para trabalhar, a um trabalhador precário, porque não sindicalizado, é dito que o CCT não se aplica.

As lutas têm que ser, portanto, essencialmente, lutas criativas e lutas de solidariedade dos trabalhadores com vínculos às empresas para com os seus colegas e os seus filhos. A luta contra a precariedade tem que ser uma luta inter-geracional. E tem que começar na mobilização dos jovens que ainda não trabalham, nos bancos das escolas e das universidades, lugares onde a precariedade é futuro, mas onde o presente ainda permite a luta e a mobilização. O Bloco também na luta contra a precariedade tem que voltar às Universidades e entrar nas Escolas, não se quedando apenas pelo Parlamento.

Aos bloquistas eleitos para as Organizações Representativas dos Trabalhadores cabe um papel fundamental na resposta às dúvidas e aos atropelos aos direitos dos trabalhadores precários .

O BE deverá criar um Gabinete de Apoio e Informação, onde os representantes das ORTs e os trabalhadores, nomeadamente os precários, se possam informar sobre questões legais e sobre direitos, possam colocar as suas dúvidas e obter respostas políticas, mas também técnicas, a essas dúvidas. Este Gabinete deverá estar disponível por contacto pessoal ou telefónico e deverá criar um serviço On-Line que torne fácil o acesso e a colocação de dúvidas e pedidos de ajuda.

H) Proposta de António Grosso

Alteração ao quarto parágrafo de 3.2

(...), para uma política mais combativa. Acrescentar: Com efeito, as clássicas correias de transmissão no movimento sindical estão ultrapassadas e desacreditadas. Este descrédito gera uma lacuna que os bloquistas têm obrigação política de saber preencher, criando, incentivando e partilhando novas correntes sindicais que surjam no âmbito das estruturas representativas dos trabalhadores. Com base em acordos políticos, (...) dispute o movimento.

I) Proposta de João Delgado

Acrescentar a 3.2, no final do 4º parágrafo

Sublinhando a necessária confiança política, o preenchimento de cargos profissionalizados nas diversas instâncias internas e institucionais deve estar sujeito a concursos com regras claras, abertos a todos os aderentes.

J) Proposta de Isabel Faria e Eduardo Henriques

Acrescentar no final do 5º parágrafo de 2.1.2

A estas medidas o Governo tem juntado uma política de ataque aos direitos dos professores, em todos os níveis de ensino, como o novo Estatuto da Carreira Docente e o aumento da idade da reforma. O Governo, também com os professores tem usado e abusado da estratégia do dividir para reinar, tentando fazer passar a ideia de que não tira direitos mas retira privilégios, colocando pais contra professores, precários contra efectivos, acabando por tornar ainda mais difíceis as condições de trabalho dos professores e mais problemática a qualidade da educação dada às nossas crianças e aos nossos jovens. A revogação daquela legislação (ECD, aumento da idade de reforma) é, pois, uma exigência justa.

L) Proposta de Isabel Faria

No parágrafo .2.3.2

Alterar de: “...é preciso dizer que a principal força do governo reside na política da CGTP...”

Para: “...é preciso dizer que para a força do Governo contribui decisivamente a política da CGTP...”

M) Proposta de Cristina Portella, José Nicolau Barai Formoso Gomes, Otávio Raposo

Acrescentar ao Capítulo II o seguinte ponto, alterando a numeração dos subsequentes.

2.4.4 Lutar contra o racismo

Apesar da lei proclamar a igualdade entre cidadãos independentemente da cor da pele e da etnia, não é isso que acontece em muitos casos. Os negros e os ciganos são discriminados na escola, no trabalho e no direito à habitação, reprimidos pela polícia e estigmatizados pelos media.

O que se passa com a comunidade negra é sintomático. São os negros que ocupam os piores empregos, ganham os piores salários e vivem nos piores bairros. A juventude negra enfrenta agressões policiais quotidianas e as provocações da imprensa, como no tristemente famoso caso “Arrastão”. O Estado, esteja o PSD (a Direita) ou o PS no governo, dificulta-lhe o acesso a direitos fundamentais - como o direito à nacionalidade ou à residência a filhos de africanos nascidos em Portugal ou que aqui vivem desde pequenos. Actualmente, a política neoliberal de Sócrates fragiliza ainda mais a situação dos portugueses e imigrantes afro-descendentes ao atacar direitos sociais, incentivar a precariedade laboral e aprovar leis que impedem o *jus solis* (direito à nacionalidade a quem nasce no país) e mantêm sem documentos milhares de trabalhadores.

Estamos ao lado dos jovens e do conjunto da população afro-descendente na sua luta contra as diversas expressões do racismo no nosso País, particularmente contra a repressão policial que tem vindo a aumentar nos bairros periféricos das grandes cidades.

N) Proposta de Cristina Portella e Isabel Faria

Introduzir um novo ponto no Capítulo I

1.1.5 A ONU dá cobertura às ameaças de Bush ao Irão

Com a derrota anunciada no Iraque, os EUA viram agora baterias contra o Irão, acusando-o de querer desenvolver armas nucleares, desta vez com o apoio do Conselho de Segurança da ONU.

O objectivo do governo Bush é o mesmo que o levou a invadir o Iraque: controlar os recursos energéticos do país. Sem, em nenhum momento, apoiar a ditadura teocrática presidida por Mahmud Ahmadinejad, ou as suas eventuais pretensões de produzir armas nucleares, devemos denunciar e apoiar a luta contra mais esta manobra dos EUA, que, se levada a cabo, poderá repetir o mar de sangue em que se transformou o Iraque. Os EUA tentam convencer a opinião pública mundial da justeza da invasão do Irão pela questão nuclear. No Irão, nos EUA, na França ou na China, a Esquerda é contra a opção nuclear, seja ela pacífica ou militar, e não pode apoiar regimes em que os direitos humanos não são salvaguardados. Mas não é o nuclear que está em causa nesta altura, mas sim a invasão de um país soberano.

Devemos denunciar também os dois pesos e as

duas medidas da ONU, que, aprovando sanções contra o Irão, quando nunca o fez contra Israel, que possui armas nucleares, serve de correia de transmissão aos interesses económicos e geo-estratégicos dos EUA e dá cobertura aos seus propósitos militaristas e imperialistas.

O) Proposta de João Delgado

Introduzir um novo ponto no Capítulo 3

3.3 COMUNICAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO

Manter os aderentes informados sobre as decisões dos órgãos de direcção nacional e local é essencial. As minutas das reuniões da Mesa Nacional e Coordenadoras Distritais / Regionais e Concelhias devem ser divulgadas aos aderentes, se não em formato impresso, por questões financeiras, no mínimo através do correio electrónico.

Também o Grupo Parlamentar deve produzir regularmente relatórios sobre a actividade desenvolvida, antecipando próximas iniciativas, para que os aderentes interessados possam dar os seus contributos políticos para a actividade legislativa.

A opção pelo lançamento do Portal Esquerda revelou-se extremamente acertada, contribuindo para uma maior visibilidade pública do Bloco de Esquerda. Não obstante esta apreciação positiva, consideramos que será de rever o tom neutro em que são normalmente redigidas as notícias, o que não raro causa perplexidade a quem as lê. Sem deixar de ser objectivo no que é matéria de facto, o Esquerda.net não pode, em caso algum, deixar de se assumir como órgão de informação do Bloco de Esquerda, politicamente comprometido.

Depois de algumas recusas e hesitações na sua edição (discutidas em anteriores convenções), o jornal Esquerda tem-se mostrado um meio útil para a informação dos aderentes acerca dos grandes temas da política nacional e internacional. No entanto, a sua circulação é muito limitada, sendo recente a decisão, óbvia, do envio a todos os que têm as suas quotizações regularizadas, prescindindo da assinatura. Mas é premente que o Esquerda ultrapasse as fronteiras internas do Bloco, chegando ao conjunto da população, através da distribuição em banca. Se necessário, deve recorrer-se ao trabalho militante para a distribuição do jornal no circuito comercial, particularmente nos postos de venda situados nas grandes concentrações habitacionais e laborais. A divulgação do Esquerda, em locais e sectores em que o Bloco não conseguiu ainda afirmar-se, pode ser um contributo importante para a decisão de contacto com o Movimento de muitos simpatizantes.

P) Proposta de Gil Garcia e João Delgado

Alteração do penúltimo parágrafo do ponto 2.3.2

Apesar do clima favorável num primeiro momento

(no momento mais importante), não foi equacionada a greve geral. Num clima de menor mobilização, em 2002, a greve existiu. Em 2006, numa situação de crise social mais profunda e com maior mobilização, ela não foi convocada. A convocatória por parte da CGTP de uma greve geral para o próximo dia 30 de Maio tem todo o nosso apoio. A crítica que lhe fazemos é que peca por tardia. Mas, como diz o povo, mais vale tarde do que nunca.

As lutas e greves parciais devem potenciar a greve geral do dia 30 de Maio e esta deve alimentar a disposição de luta do conjunto dos trabalhadores e da população. Mas esta greve geral encontrará vários obstáculos, que não devem ser ignorados se desejarmos que tenha impacto real nas políticas governamentais. Desde logo a imensa precariedade, principalmente no sector privado, com milhares de trabalhadores sob ameaça de despedimento se participarem em lutas e greves. Para que esta greve geral tenha todo o êxito, quer no sector público quer no sector privado, é desejável que a CGTP e todos os sectores que a convocam (e, optimamente, deveriam ser todos os sindicatos e centrais) realizem quanto antes plenários por todos os sectores de actividade no maior número possível de empresas, de modo a que a base não só aprove a convocatória como encontre as melhores formas de contornar e/ou derrotar as manobras das entidades patronais apostadas em a enfraquecer.

Para que a greve tenha impacto em todos os sectores, é necessário que assuma características de protesto geral contra as políticas neoliberais do governo Sócrates, mobilizando também os que no passado recente se manifestaram contra o fecho de empresas, encerramento de SAP's ou de maternidades, de escolas, em suma, que unifique todas as lutas numa só grande jornada nacional.

A greve geral terá lugar imediatamente antes da nossa Convenção, mas consideramos importante uma reflexão sobre a mesma no período de debates em que nos encontramos.

Q) Proposta de João Delgado e Eduardo Henriques

Alteração à Introdução

Substituir: “Somos bloquistas, uns da fundação do movimento, outros chegados pelos caminhos, (...)”

Por: “Somos bloquistas, uns desde o início do Movimento, outros chegados pelos caminhos, (...)”

Substituir: “Connosco está também a Ruptura/FER, corrente fundadora do Bloco.”

Por: “Connosco está também a Ruptura/FER, corrente integrante do Bloco.”

R) Proposta de Isabel Faria e André Silva

Acrescentar ao último parágrafo de 2.4.3

(...) projectos de Lei que contribuam para o fim da

discriminação por opção sexual, nomeadamente a alteração do Código Civil que permita o casamento entre pessoas do mesmo sexo, com a consequente aquisição de todos os direitos conferidos pelo casamento.

IV. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO D

Comentário da Moção D “Todas as propostas foram aceites”.

A) Proposta de Maria Moura Castro Felga, Margarida Castro Felga Pinho e Miguel Jorge Purificação Andrade

Na Tese 2

Onde se lê: “A globalização neo-liberal (...). Para problemas globais terão de haver respostas globais. (...)”.

Deve ler-se: “A globalização neo-liberal (...). Para problemas globais precisamos de respostas globais. (...)”.

Onde se lê: “Liberalização de investimentos (...) desvalorização das moedas dos países menos desenvolvidos e estrangulamento pelo serviço da dívida externa (...)”.

Deve ler-se: “Liberalização de investimentos (...) desvalorização das moedas e estrangulamento pelo serviço da dívida externa (...)”.

Onde se lê: “Como quase sempre aconteceu (...), no topo das preocupações sociais. “

Deve ler-se: “Como quase sempre aconteceu (...), no topo das preocupações sociais. As indústrias tradicionais (têxtil, confecção e automóvel, por exemplo) vão sendo deslocalizadas pelas multinacionais para os países de mão-de-obra mais barata, provocando o surgimento de um exército de reserva de desempregados nos países desenvolvidos.

Os movimentos especulativos da moeda e dos mercados financeiros têm sinais contraditórios: a China mantém artificialmente o yuan desvalorizado para exportar cada vez mais e arrasar a concorrência, os EUA têm desvalorizado o dólar para aumentar as exportações para a União Europeia e o resto do Mundo, enquanto a Zona Euro tem a sua moeda sobrevalorizada, sendo esta uma das causas da sua recente estagnação. Gerou-se, assim, uma conjuntura económica mundial em que a China aparece como a “Fábrica do Mundo” com mão-de-obra super-explorada à custa de um regime ditatorial e fortemente repressivo, ao mesmo tempo que os EUA, endividados e dependentes da China credora, se assumem como os “Polícias do Mundo”.“

Onde se lê: “Porém, as preocupações internacionalistas (...) permitir a antecipação de acções de solidariedade.”

Deve ler-se: “Porém, as preocupações internacionalistas (...) permitir a antecipação de acções de solidariedade. O Bloco de Esquerda, no quadro da sua posição internacionalista, afirma-se comprometido com todas as correntes socialistas que, no plano internacional, buscam uma alternativa socialista internacional liberta de todas as caricaturas liberais e totalitárias que a História regista. O socialismo porque lutamos precisa de democracia como o corpo humano necessita de oxigénio!”

Na Tese 7

Onde se lê: “A construção do Bloco de Esquerda (...) uma estrutura de trabalho descentralizadora e eficiente (...)”.

Deve ler-se: “A construção do Bloco de Esquerda (...) uma estrutura de trabalho descentralizadora, emancipatória e eficiente (...)”.

B) Proposta de Paulo F. Silva, Carlos Maria Miranda Mota e João Pedro Moreira Freire

Na Tese 3

Onde se lê: “O custo social da crise na Europa é intolerável (...). O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e que seja referenda pelos cidadãos, e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais. O Bloco não pode subsidiar a “base comum e renovada” que a Declaração de Berlim prevê adoptar até às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, na medida em que ela não respeita a mais elementar regra do jogo democrático, a vontade livremente expressa dos cidadãos.”

Deve ler-se: “O custo social da crise na Europa é intolerável (...). O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e que tenha o seu corolário na eleição, por todos os povos europeus, por sufrágio universal, directo e secreto de uma Constituinte Europeia. O projecto europeu pelo qual o Bloco de Esquerda luta é herdeiro das melhores tradições da esquerda socialista europeia que, no final da II Guerra Mundial, apelou à constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa, chegando mesmo a criar um movimento europeu com esse objectivo. Uma Europa baseada no pleno emprego e nos direitos sociais precisa também de definir a sua organização. O Bloco não pode subsidiar a “base comum e renovada” que a Declaração de Berlim prevê adoptar até às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, na medida em que ela não respeita a mais elementar regra do jogo democrático, a vontade livremente expressa dos cidadãos. O Bloco de Esquerda quer a refundação democrática e social da Europa num quadro de adesão livre, igual e voluntária de cada Estado.”

Onde se lê: “Estas tomadas de posição dos directórios de Bruxelas (...) com diferenças de escala assinaláveis.”

Deve ler-se: “As tomadas de posição dos directórios de Bruxelas (...) com diferenças de escala assinaláveis.”

Na Tese 4

Onde se lê: “Nestas eleições, a Esquerda foi duramente penalizada. (...) nas legislativas de um ano antes.”

“O princípio de soluções globais para problemas globais (...). Por isso, o Bloco de Esquerda deve promover, de imediato, um longo e profundo debate/fórum político alargado para além da sua restrita área de influência directa (...) trave Cavaco Silva nas eleições (pebliscito?) para o seu segundo mandato.”

Deve ler-se: “Nestas eleições, a Esquerda foi duramente penalizada. (...) nas legislativas de um ano antes.”

As presidenciais mostraram, também, com o aparcimento da candidatura de Manuel Alegre, a força que uma alternativa social e transversal das esquerdas pode conquistar na sociedade portuguesa. Faltaram à candidatura de Alegre ideias políticas claras, já que, em última instância, foi uma candidatura que tinha a ver com as guerras internas do PS, mas, no plano social, demonstrou ser altamente viável e urgente uma alternativa social e anti-liberal nascida de um projecto de transversalidade social e política, na linha de outras experiências como a de Otelio Saraiva de Carvalho e de Maria de Lurdes Pintasilgo.

“O princípio de soluções globais para problemas globais (...). Por isso, o Bloco de Esquerda deve promover, de imediato, um longo e profundo debate/fórum político - as Conferências da Esquerda Nova - alargado para além da sua restrita área de influência directa(...) trave Cavaco Silva nas eleições (pebliscito?) para o seu segundo mandato.”

C) Proposta de Dulce Cristina Resende Ramos, Isabel Lúcia Santos Moura e João Luís Ferreira Queirós

Na Tese 5

Onde se lê: “A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas (...)

(...) Trabalho - a aplicação estrita do Código de Trabalho (...) campo de intervenção sindical e reivindicativo. (...)”

Deve ler-se: : “A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas (...)

(...) Trabalho - a aplicação estrita do Código de Trabalho (...) campo de intervenção sindical e reivindicativo. A questão do desemprego, que o Bloco de Esquerda tentou abordar com alguma profundidade

aquando da Marcha pelo Emprego, deverá continuar a merecer toda a nossa atenção, pelas enormes implicações que tem no tecido social do país. O Bloco de Esquerda deve assumir esta questão, assim como a da precariedade, como bandeiras de luta permanente, e não as deixar cair. A realidade dos trabalhadores precários, dos recibos verdes, jovens licenciados sem trabalho, em suma, a chamada geração dos 500 euros, constitui uma barreira quer às perspectivas de futuro dos jovens, quer à capacidade reivindicativa dos mesmos.

Salário mínimo e “recibos verdes” - a indignidade do salário mínimo nacional que, de tão mínimo, não respeita qualquer vislumbre de qualidade de vida. A generalização perversa dos “recibos verdes”, usados como substituição do contrato de trabalho, e que deixam os trabalhadores fora de qualquer contrato social: sem férias, nem protecção social, nem subsídio de desemprego.”

Onde se lê: “(...) Segurança Social - a degradação social e generalizada da solidariedade inter-geracional, (...) contribuíram ao longo de uma carreira profissional.”

Deve ler-se: “(...) Segurança Social - a degradação social e generalizada da solidariedade inter-geracional, (...) contribuíram ao longo de uma carreira profissional. De qualquer modo, a cobertura (reforma, doença, invalidez) prevista, hoje, pela Segurança Social é calculada numa base insuficiente, já que se baseia em salários muito baixos – a alternativa seria fazer depender a cobertura social da base da riqueza produzida, em vez do salário auferido. A recente introdução no discurso político neo-liberal de conceitos como o da “flexisegurança” nada têm a ver com a realidade portuguesa, onde o Governo e os empregadores procuram uma cada vez maior flexibilidade para os direitos dos trabalhadores e uma cada vez menor cobertura de segurança para o desemprego. Um sector da sociedade que terá de merecer uma mais cuidada atenção e estudo, na busca de alternativas, é o dos socialmente excluídos. Os cerca de 400.000 desempregados constituem um grupo de risco de exclusão, e ninguém está imune a este flagelo. A própria condição de exclusão provoca o que se pode chamar de silenciamento social. Políticas sérias de reinserção social, não meras manobras caritativas, mas com viabilidade, deverão ser estudadas e defendidas.”

D) Proposta de Cecília Augusta Moutinho Silva, Isabel Maria de Sousa Hortas e Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa

Na Tese 5

Onde se lê: “Educação - a degradação do ensino público até aos limites do aceitável. (...) governo de maioria absoluta do PPD/PSD liderado por Cavaco Silva! “

Deve ler-se: “Educação - As recentes estatísticas que mostram a subida dos índices de reprovação e abandono escolar, em alguns dos níveis de ensino, nos últimos anos, são a prova do falhanço político, na área da educação, dos sucessivos governos. Segundo o censo de 2001, 36% da população activa continua a possuir apenas o 1.º ciclo do Ensino Básico ou menos. Em 2004 só 21% da população activa tinha o Ensino Secundário completo, muito distante da média da OCDE de 67%. É bom lembrar que este gravíssimo problema de baixas qualificações não atinge apenas os mais altos níveis etários. Se tivermos em conta os empregados com menos de 35 anos, ou formados depois do 25 de Abril, verifica-se que representam 41,5% da população total empregada e que as suas qualificações são precárias.

Vivemos tempos marcados pela persistência de discursos críticos da Escola Pública que é vista como sorvedouro de dinheiros públicos, sem que se vejam os resultados. Na sua lógica, o Estado chegou ao limite máximo do investimento na Educação, o que desemboca no Orçamento de Estado de 2007 – dito de “qualificação dos portugueses” – com um corte de cerca de 5% em relação ao ano anterior. O peso da economia é, pois, cada vez mais sufocante e acentua a ideia de que a escola existe apenas para o mercado de trabalho introduzindo lógicas de competitividade entre escolas e de privatização.

A escola pública é o pulmão e o coração do Portugal democrático e uma condição na construção de uma sociedade verdadeiramente socialista.

Não se entende que o Governo incense, por palavras, a escola pública e simultaneamente desvalorize, profissional e socialmente, muitas vezes de um modo a raiar o grosseiro e o calunioso, a classe docente. O Governo começou por aviltar a imagem dos professores levando de arrasto a escola pública.

O Bloco de Esquerda denuncia uma visão da escola que se pauta pela lógica da empregabilidade e que encerra centenas de escolas por critérios puramente economicistas. A educação é muito mais do que isto, é também essencial a promoção de lógicas de valores, da cultura e de formação cívica e humana.

O Bloco de Esquerda deve pugnar pela construção de uma escola pública de qualidade para todos, formadora de cidadãos críticos e civicamente intervenientes, com capacidade de olhar e pensar a sociedade de modo a transformá-la num sentido mais justo e democrático.

Defendemos uma escola pública de qualidade que responsabilize todos os intervenientes. Defendemos uma nova reforma curricular que dê consistência e coerência a uma política de formação e real sucesso escolar, que centre a escolaridade obrigatória em conhecimentos essenciais e num desenvolvimento global do indivíduo. Defendemos uma escola que se responsabilize pelo percurso dos seus alunos. Defendemos uma escola inclusiva para todos, que invista no diagnóstico atempado, criando condições sérias de intervenção

com vista ao desenvolvimento das potencialidades de cada um. A educação é um processo dinâmico e complexo que não se compadece com alterações apenas para marcar agenda - a continuarmos no caminho que levamos estamos condenados a manter uma escola longe daqueles objectivos.

Onde se lê: “Saúde - a destruição, pura e simples, do Serviço Nacional de Saúde (SNS). (...). A abertura do sistema público ao privado é tanto mais escandalosa que o acesso ao SNS está, cada, vez mais, limitado ao pagamento de taxas e senhas absolutamente contrário ao instituído, e legislativamente reiterado, até, em 30 anos de Democracia, imagine-se!, pela própria Constituição!!! O escândalo é tanto maior (...) mas a implementação da ideia tem já a porta franqueada.”

Deve ler-se: “Saúde - a destruição, pura e simples, do Serviço Nacional de Saúde (SNS). (...). A abertura do sistema público ao privado é tanto mais escandalosa quanto o acesso ao SNS está, cada, vez mais, limitado ao pagamento de taxas e senhas absolutamente contrário ao instituído, e legislativamente reiterado, até, em 30 anos de Democracia, imagine-se!, pela própria Constituição!!! A promoção da saúde preventiva e a melhoria dos cuidados de saúde primários poderiam, a médio prazo, conseguir uma economia nos custos da saúde nada dispiciendos. Sempre defendemos a necessidade da rentabilização, com qualidade, dos serviços de saúde e outros, mas recusamos a rentabilização à custa dos utentes e da qualidade no serviço prestado.”

Onde se lê: “Justiça - depois de ter atingido o grau máximo na descrédibilização, o sector continua na expectativa de melhores dias, apesar de alguns (aparentes) sinais positivos, como, por exemplo, a concentração de toda a investigação do “Apito Dourado” numa única comissão, a trabalhar na Procuradoria-Geral da República. (...).”

Deve ler-se: “Justiça - depois de ter atingido o grau máximo na descrédibilização, o sector continua na expectativa de melhores dias, apesar de alguns (aparentes) sinais positivos. A concentração das investigações, por sectores, na Procuradoria-Geral da República, a constituição como arguidos de alguns acusados de corrupção e o recente desencadear da luta contra as manobras racistas e xenófobas de grupos de extrema-direita podem deixar prever alguma melhoria. Apesar disso, o Bloco de Esquerda considera que o estado da justiça é um barómetro da situação a que chegou a reforma do aparelho de Estado.”

E) Proposta de Gonçalo Reis Torgal, Ana Lúcia Dias Garcia e Avelino Domingos Ribeiro Garcia

Na Tese 6

Onde se lê: “O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país.”

Deve ler-se: “O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização alternativa do país.

Onde se lê: “Essa Esquerda Nova tem de se solidificar (...) da revolução do 25 de Abril e, por isso mesmo, quer alargar, modernizar e aprofundar esse combate. Uma esquerda reduzida (...) “correr por fora”.

Um desenvolvimento sustentado que integre o país no seu total é indispensável para combater as assimetrias regionais, que existem e se aprofundam.

A promoção de políticas de defesa do ambiente terão de merecer de todos os activistas (...) nomeadamente a água potável.

A existência de eleitos do Bloco em tantas autarquias pode e deve facilitar a criação de redes de activismos nesse sentido.”

Deve ler-se: “Essa Esquerda Nova tem de se solidificar (...) da revolução do 25 de Abril e, por isso mesmo, quer alargar, modernizar e aprofundar esse combate. Uma esquerda reduzida (...) “correr por fora”.

O Bloco de Esquerda considera que a participação social e cidadã é fundamental, vital, para se conseguir uma democracia com mais qualidade. O que temos é uma democracia dominada pela hiper-parlamentarização, que funciona como autêntica rolha a qualquer participação social. Por isso, o Bloco de Esquerda considera urgente descentrar o debate a nível nacional, das paredes do Parlamento para o plano social. Os cidadãos, enquanto trabalhadores, contribuintes e consumidores, têm o direito de participar e decidir directamente, para além do excesso de representativismo em que caiu a democracia portuguesa.

Um desenvolvimento sustentado que integre o país no seu total é indispensável para combater as assimetrias regionais, que existem e se aprofundam.

A promoção de políticas de defesa do ambiente terá de merecer de todos os activistas (...) nomeadamente a água potável.

A existência de eleitos do Bloco em tantas autarquias pode e deve facilitar a criação de redes de activismos nesse sentido.

Uma consequente política ecológica é um desafio a uma alteração radical de políticas, sociedade e modos de vida, em última análise incompatível com a sociedade da depredação, mercado e lucro. No mínimo, exige daquele uma regulação profunda a nível local e

mundial.

Não podemos gritar que o que há a fazer é global – as reduções da produção de CO2 à escala mundial, imposições globais à indústria automóvel, a interdição dos 4x4 – nem tão pouco individual – ir para o trabalho de autocarro (mesmo onde não há autocarro) a lâmpada economizadora, a água da sanita, etc. Posições extremas, por vezes quase caricaturais, dos que acabam por assim desculpabilizar a sua própria inacção, por incapacidade ou falta de convicção.

Não é possível verberar a destruição da floresta tropical e ignorar a destruição da floresta temperada, pela industrialização e urbanização sem limites da civilizada e hiper industrializada Europa, nomeadamente, ou, na vertente nacional, pela sujeição à eucaliptização ou a rendição aos desastrosos (mas rentáveis para alguns...) fogos sazonais.

Podemos e devemos começar por aqui. O país pode e deve dar passos inovadores, fazê-lo é ganhar tempo, é estar à frente, é lutar por políticas diferentes, mais justas e potencialmente mais equitativas (igualitárias até).

Defender os transportes públicos, pensando as suas redes e ligações – debatendo, para tomadas de posição conscientes, informadas e participadas, nomeadamente as opções em relação ao novo aeroporto de Lisboa, via férrea, TGV, planos rodoviários, grandes opções de políticas agrícolas e florestais ou turísticas...

Defender o crescimento moderado das cidades, vilas, aglomerados. Defender a recuperação dos centros existentes, de uma forma descentralizadora e equilibrada no todo do território nacional. Pensando o território também nas suas potencialidades agrícolas e florestais, não nos rendendo à inconsequente PAC europeia, criadora de uma classe agrária elitista e subsídio-dependente.

O mundo rural é ainda (talvez por pouco mais tempo) um manancial de conhecimentos, um património cultural e humano ainda vivo, um potencial de qualidade de vida e de rentabilidades inaproveitadas pelo mercado e pela inteligência urbana, rendida ao hipermercado, ao McDonald ou ao “shopping center”.

As novas vias de comunicação, as novas formas de comunicação e interligação, são um factor potencializador de um renascimento rural que deve ser apoiado – não fechando escolas, hospitais, tribunais, serviços... –, nomeadamente desenvolvendo a agricultura biológica, não a industrializada, apoiando as pequenas unidades, a criação de gado, promovendo o ordenamento, renovação, desenvolvimento e aproveitamento da floresta autóctone, eventualmente apoiando e promovendo o desenvolvimento do turismo rural, que apoie efectivamente todos os interessados e não apenas os que tem acesso aos “corredores dos ministérios” ou a parecerias multinacionais.

Defender políticas energéticas alternativas, originárias de várias fontes, eventualmente descentraliza-

das, renováveis e amigas do ambiente – concretizando, também aqui, um amplo estudo e debate para as várias escolhas: esta ou aquela barragem, grandes campos de eólicas, microgeração, um modelo centralizado ou concorrencial, essencialmente público ou privado (a EDP como monopólio, como sociedade cotada em bolsa ou nacionalizada? existência de outros produtores/distribuidores?), apenas pensando no território nacional ou abordando realisticamente a península ou a raia fronteiriça como uma entidade a ter em conta?

É possível e urgente uma alternativa ecológica para o desenvolvimento nacional e local, sem esquecer nem ficar à espera das grandes mudanças globais, igualmente necessárias.

F) Proposta de Jorge António Caetano Santos, José Fernando Oliveira Bastos, Mafalda Sofia Dias Garcia e Maria da Graça Ferreira Ribeiro Pinto

Na Tese 7

Onde se lê: “- teremos que desenvolver um grande esforço (...). Nada a objectar, mas, entretanto aderiram ao Bloco de Esquerda inúmeros activistas que nada têm a haver com essas organizações e que se podem sentir marginalizados pelo facto de terem muito mais dificuldades em fazer vingar os seus direitos como aderentes de pleno direito.

É dessa transformação e só dela (...). O Bloco assume-se como programa alternativo para essa esquerda socialista, moderna, cosmopolita, popular e socialmente comprometida.”

Deve ler-se: “- teremos que desenvolver um grande esforço (...). Nada a objectar, mas, entretanto aderiram ao Bloco de Esquerda inúmeros activistas que nada têm a ver com essas organizações e que se podem sentir marginalizados pelo facto de terem muito mais dificuldades em ver respeitados os seus direitos como aderentes de pleno direito;

- criação das condições para que se desenvolvam hábitos de crítica construtiva entre os aderentes (debates abertos sobre temas correntes, etc.);

- deverão ser tomadas medidas para que todos os aderentes tenham igualdade de oportunidades no acesso ao movimento de ideias que atravessam a Esquerda quer a nível nacional, quer internacional (publicações, etc.).

É dessa transformação e só dela (...). O Bloco de Esquerda deve assumir-se como interveniente num programa alternativo para essa esquerda socialista, moderna, cosmopolita, popular e socialmente comprometida, permanentemente aberto às ideias e opiniões, as mais diversas.”

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

PROPOSTA 1

DE RICARDO SEQUEIROS COELHO

Artigo 15º

Núcleos

2 – A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, **no prazo máximo de 30 dias.**

Artigo 16º

Grupos de Trabalho

1 – Por decisão de um ou vários órgãos do Movimento **ou de um mínimo de cinco aderentes** podem constituir-se Grupos de Trabalho, **para debate e acção política**, assim como eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais. **Os Grupos de Trabalho reúnem em plenários convocados nos respectivos âmbitos e organizam-se como melhor entendem.**

2 – A constituição dos Grupos de Trabalho está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, no prazo máximo de 30 dias.

3 – (anterior nº2)

FUNDAMENTAÇÃO:

A recente proposta de alteração de estatutos divulgada pela COC tem o mérito de clarificar o processo de criação de núcleos (artº 15º). No entanto, não está estipulado um prazo para a ratificação dos mesmos. Proponho o prazo de um mês, à semelhança do que ocorre com a ratificação de novas adesões. A proposta de alteração ao artº 16º é mais profunda e tem a ver com o facto de considerar que o actual texto não reflecte a realidade dos Grupos de Trabalho (GT). Pode-se dizer que estas estruturas têm hoje um papel que transcende o de “painel de peritos”, como parece decorrer dos actuais estatutos. Funcionando como pólos aglutinadores de aderentes e simpatizantes em torno de temas específicos ou sectoriais, os GT's têm tido um papel importante quer ao nível do aprofundamento da reflexão quer ao nível da acção política em torno destes temas, servindo ainda para atrair e integrar novos aderentes. A delimitação restritiva das funções dos GT contrasta porém com o relativo vazio acerca da forma de organização dos mesmos. Proponho assim que se equipare em certos aspectos os GT's aos núcleos, permitindo que um grupo de cinco aderentes possa formar um, definindo que serão auto-organizados e exigindo a ratificação da Coordenadora respectiva para a sua constituição.

PROPOSTA 2

DE MIGUEL INOCÊNCIO

Artigo 6º Sanções

1-Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Exclusão; (imediate suspensão de qualquer cargo que esteja a ser exercido no partido e/ou c cargo politico em que tenha sido eleito por lista do Bloco de Esquerda)
- c) Expulsão; (expulsão do partido)

2-A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos

a)A sanção de exclusão e expulsão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

(o restante texto do artigo permanece igual)

PROPOSTA 3

DE PAULO MARTINS

Artigo 12º

Assembleias Distritais e Regionais

(...)

6 - As Assembleias Distritais e Regionais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 3 vezes por ano.

PROPOSTA 4

DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 4º

Direitos dos Aderentes

1 – São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) IGUAL
- b) IGUAL
- c) IGUAL

NOVO d) Ser informado da abertura de concursos para cargos profissionalizados no Movimento, bem como das respectivas regras e condições de acesso.

e) ANTIGO d)

Justificação: Colocar todos os aderentes em igualdade de acesso a cargos profissionalizados e determinar que a abertura de cargos corresponda a necessidades específicas do Movimento devidamente expressas pelos órgãos de direcção competentes, a quem cabe a responsabilidade da escolha final.

Artigo 5º

Responsabilidades dos Aderentes

1 – IGUAL

NOVO 2 – Participar na actividade política do Movimento, integrando-se num dos órgãos previstos no Artigo 7º.

2 – IGUAL

3 – Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades, **ACRESCENTAR** podendo, em casos justificados, ser esse valor inferior ao aprovado pela Mesa Nacional.

a) IGUAL

Justificação: Responsabilizar os aderentes pela participação regular nas actividades do Bloco; evitar que aderentes deixem de pagar a quota por dificuldades financeiras, ou que nessa circunstância sejam obrigados a requerer dispensa de pagamento.

Artigo 8º

Convenção Nacional

1, 2 e 3 – IGUAIS

NOVO 4 - A Convenção Nacional vota a adesão, suspensão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações de âmbito supranacional.

5 – ANTIGO 4

Justificação – Especificar a competência da Convenção para a filiação do Bloco em organizações internacionais.

Artigo 12º

Assembleias Distritais e Regionais

5 – IGUAL

NOVO 6 – Os aderentes podem propor listas alternativas com qualquer número de nomes, resultando a composição das listas de candidatura da aplicação do Método de Hondt, corrigido pelo critério da paridade.

Justificação – Incentivar e democratizar a participação dos aderentes na vida do Bloco e na definição das listas de candidatura do Movimento.

NOVO 7 – As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias reúnem com intervalo máximo de seis meses.

Justificação - Contrariar a tendência actual de as Assembleias locais só reunirem para processos electivos e não para debate político e participação na definição da linha do Movimento, um direito estatutário.

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais

NOVO 4 – As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias reúnem, no mínimo, mensalmente.

Justificação – Contrariar a tendência actual de algumas Coordenadoras estarem vários meses sem reunir.

Art. 15º

Núcleos

1 - IGUAL

2 - NOVO Os núcleos podem ser por freguesia, por local de trabalho/categoria profissional e por local de estudo, sendo-lhes conferidos idênticos direitos e deveres, inclusive no âmbito do regulamento do processo preparatório das convenções nacionais.

3 – ANTIGO 2

Justificação - No Regulamento do Processo Preparatório desta V Convenção Nacional, ao contrário dos regulamentos das convenções anteriores, os núcleos por locais de trabalho e de estudo foram alijados do processo de eleição de delegados, direito atribuído exclusivamente aos núcleos de freguesia (item 24 do Regulamento). Este procedimento esvazia estas estruturas e desestimula a sua criação, a nosso ver essencial para o crescimento e implantação do Bloco na sociedade portuguesa, na medida em que lhes retira um dos principais direitos, ou seja, o de eleger os seus representantes à Convenção Nacional.

Artigo 17º

Conferências Nacionais

ELIMINAR A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais

destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações

sobre assuntos de carácter específico.

NOVOS

1 - A Mesa Nacional convocará três conferências, do Trabalho e Sindicalismo, da Juventude e Autárquica, destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações no respectivo âmbito, elegendo Coordenadoras Nacionais. Cada uma destas Conferências reunirá com intervalo máximo de dois anos.

2 - A participação nestas Conferências Nacionais é aberta, sendo que os aderentes para poderem participar nas votações têm de desenvolver a sua actividade organizada no respectivo sector, nos termos de Regulamento a aprovar pela Mesa Nacional.

3 - Poderão ser convocadas pela Mesa Nacional, ou por cinco por cento dos aderentes, outras Conferências de carácter sectorial.

4 - As decisões das Conferências Nacionais estão sujeitas a ratificação pela Mesa Nacional.

Justificação - A política da Mesa Nacional em relação aos Encontros do Trabalho tem sido a de, gradativamente, lhes retirar poder: ao IV Encontro Nacional de Trabalho, realizado em 2007, não foi permitido votar políticas específicas e eleger uma Coordenadora Nacional, competências atribuídas exclusivamente à Mesa Nacional. Consideramos que, da mesma forma que a Juventude, os activistas do BE no mundo laboral e nas autarquias necessitam – e devem ter o direito democrático de o fazer – de se organizar e eleger uma coordenação, enquanto intervenientes num movimento social específico.



CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA V CONVENÇÃO

A ESQUERDA SOCIALISTA NO PODER LOCAL

CONTRIBUTO DE JOSÉ MARIA CARDOSO

Considerando que o percurso político do BE, em termos nacionais, está reconhecidamente afirmado e confirmado como uma credível alternativa política e que em termos locais, está, quando muito, desbravado ou desmoitado conforme a região do país, o BE deverá enxergar que o poder local, município e freguesia, terá de ser visto como o grande passo de implantação política, de recrutamento militante e de asseveração eleitoral.

Em resultado do último resultado eleitoral autárquico cresce a responsabilidade de intervenção política do BE, não só pelo maior número de eleitos mas também pela esperança depositada na execução competente, séria e crível da diferença de estar na política por nós apregoada. Exigir, intervir, inovar e cumprir terá de ser o nosso lema. Somos o alvo central da atenção dos munícipes e não nos será concedido espaço para falhar. Temos de agarrar a oportunidade da mudança e renovação que o poder local carece e cada vez mais exige e honrar os que em nós acreditam para fazer com que outros acreditem.

Considerando que o desenvolvimento tem de ser entendido como um grande contrato social e ecológico, cultural e económico que assenta no próprio desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas dimensões, numa perspectiva sustentada no presente e sustentável para o futuro, é premente defendermos com acuidade a realização de **Fóruns Concelhios** nas nossas autarquias.

Estes fóruns devem funcionar como um exercício prático da democracia participativa e da criação de **Agendas Locais** num assumir de compromisso e de responsabilidades entre a cidadania e o governo autárquico. Serão um instrumento de aplicação dos princípios emancipatórios da **Agenda 21 Local**.

Considerando que compete a uma autarquia criar condições logísticas e saber fazer a leitura dos valores tolerantes e democráticos de uma sociedade integrante e inclusa e sabendo nós que ainda há um longo caminho civilizacional a percorrer para a plena integração das minorias, o BE deve propor com muito afinco a criação de **Programas para a Igualdade**, que promovam a construção da **cidade multicultural** numa lógica de cosmopolitismo de raças, crenças, hábitos, opções, valores e atitudes, com qualidade de vida e sem exclusões.

Considerando que o sistema urbano português se caracteriza por dois grandes pólos, uma rede muito densa de pequenas cidades e uma urbanização difusa, temos de reequacionar e valorizar o **papel das cidades de média dimensão dentro de uma concepção policêntrica**. A estas urbes, deve ser atribuída a função primordial de correcção de assimetrias regionais e a complementação funcional entre o multifacetado espaço urbano e a renovada pluriactividade do mundo rural.

Considerando que a prestação de serviços municipalizados, muito especialmente a gestão e abastecimento de água,

devem ser assegurados pela autarquia como serviço público, importa discutir o papel do governo central na governação local. **Que Estado queremos no estado das autarquias?**

Por outro lado, temos que saber denunciar e afrontar os artificios legais encontrados pelas câmaras, que de forma ardilosa criaram as Empresas Municipais para gerirem em regabofe alguns destes serviços.

Considerando que toda a competência de acção autárquica precisa de um organizado suporte de informação, discussão e orientação que permita, por um lado construir uma política plural de intervenção nacional e por outro uma política singular de interferência local, o BE deve implementar:

- uma eficiente **Rede de Comunicação** entre todos os eleitos e os que nos representam na política local, a funcionar como um acervo de informação, permuta de práticas e aferição de estratégias.

- um **Sistema Nacional de Informação Geográfica** que faculte a referenciação e caracterização dos concelhos, num contexto regional e nacional.

- um **Gabinete de Apoio Autárquico** que permita uma rápida informação técnica, uma análise aprofundada de propostas ou reivindicações, um suporte jurídico de alegações e que seja capaz de atempadamente informar e formar sobre calendarizadas discussões temáticas.

- um **Gabinete do Município** que institucionalize uma forma de contacto, a partir de uma logística nacional, entre os eleitos e os eleitores de cada localidade, que permita aos cidadãos expor reivindicações e apresentar sugestões e simultaneamente possibilita ao autarca responder e auscultar a vontade das populações.

- repensar a composição da actual **Comissão Nacional Autárquica**, envolvendo autarcas municipais e de freguesia, bem como um membro da Câmara Municipal eleita com a sigla do Bloco, que, convenhamos, ainda não teve conhecimento de algo que a diferenciasse das restantes. A complementar este órgão de intervenção política, devem ser criadas **Comissões Regionais Autárquicas** que permitam ter uma visão supra-municipal e de discussão regionalista.

- periodicidade anual da **Conferência Nacional Autárquica** como um fórum de discussão alargada das temáticas municipais e uma troca de experiências e intervenções multivariadas na especificidade de cada local. Na esteira desta prática devem ser realizados, também com a periodicidade anual, **Conferências Regionais Autárquicas** sobre temáticas específicas do enquadramento geográfico e territorial.

A actividade política local, exige de nós bloquistas, como imperativos desta esquerda que representamos, a marca de um novo ciclo do exercício do poder autárquico, capaz de transformar o presidencialismo municipalista numa sociedade local verdadeiramente socialista.

POR UMA NOVA GERAÇÃO DE AUTARCAS E DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS DE ESQUERDA A SUL

CONTRIBUTO DE JOÃO MADEIRA

A meio do mandato autárquico é seguramente momento não só de deitar contas ao que foi feito e começar a preparar a intervenção eleitoral de 2009, ano de praticamente todas as eleições. A Convenção deveria dar um sinal, uma orientação para o trabalho que aí vem.

No sul, a disputa política, continua a fazer-se em boa medida com o PCP nas autarquias. Porém, aí, vai longe a imagem da eficácia, da capacidade de realização, que foi sendo cultivada e difundida nos primeiros anos de poder local democrático e que correspondeu à criação e reforço das infraestruturas básicas – saneamento, electricidade, abastecimento de água...

Passada esta fase, na vertigem pela obra feita, o recurso aos fundos comunitários destinou-se a equipamentos colectivos, muitos deles tão ostensivos que se tornaram obras de regime à escala local, sem que correspondam a planos de desenvolvimento social e cultural. O Centro de Artes de Sines é um entre muitos exemplos – custos faraónicos, derrapagens financeiras sucessivas, para depois não saberem bem o que fazer dele.

Alimentando-se desta lógica, quando se começam a fechar as torneiras da Europa, têm recorrido ao endividamento até ao limite e apostado no crescimento das receitas municipais através dos impostos do betão, ou seja, por via da construção e da especulação imobiliária, a que cedem.

Acentua-se ainda nas Câmaras do PCP a tendência para enfileirarem, como a direita, na lógica das parcerias público-privado, diligentemente afastadas do conhecimento público e implicando toda a sorte de contrapartidas mútuas, sem qualquer controlo democrático.

A crítica a estas concepções e práticas é incontornável e tem de continuar a merecer da nossa parte uma intervenção persistente.

Por outro lado, do ponto de vista do planeamento urbano fomentam ou acolhem projectos grandiosos, completamente sobredimensionados e desadequados, envolvendo consórcios de construtores civis, como está bem patente no caso da Nova Setúbal.

Os negócios envolvendo alterações ao PDM, desanexações do domínio público, desrespeito por figuras de protecção ambiental como REN ou a RAN, têm tido igualmente o apoio entusiasmado de Presidentes de Câmara seus. É assim na Moita, com o processo de revisão do PDM na zona da várzea ou com a Mata de Sesimbra.

São operações de mudança de uso de solo, com passagem de solo rústico, protegido em boa parte dos casos, a solo urbano que têm estado na base do mais eficaz e escandaloso processo de acumulação capitalista, gerador de mais-valias

extraordinárias; operações protagonizadas por grupos económicos vorazes escorados no capital bancário.

Este convívio estreito entre autarcas do PCP, construtores civis e tubarões da banca não se afigura nada saudável pela lógica de corrupção larvar que gera, mesmo que justificado apenas como contrapartida para o prosseguimento de políticas municipais de fachada.

Este é um segundo eixo, claramente essencial, de crítica e combate a este tipo de procedimentos que colocam as Câmaras Municipais ao serviço dos interesses e da sofreguidão capitalista.

Mas as políticas municipais do PCP têm igualmente ignorado preocupações sociais, designadamente no campo da habitação, dos transportes, da exclusão social. No caso da habitação, têm persistido estafadas soluções de zonamento para programas de realojamento, em detrimento de projectos integradores no quadro polifacetado do mercado social de habitação.

O PCP tornou-se igual aos outros na gestão autárquica, com a particularidade de ser, por cultura intrínseca, profundamente centralizador e opaco. A exígua e inexpressiva delegação de competências na Juntas de Freguesia, as dificuldades colocadas no acesso à informação que confira transparência aos actos administrativos reflectem-no.

Particularmente nos concelhos mais pequenos, em que a Câmara é o principal empregador fomenta dependências políticas à sombra do emprego proporcionado, cerceando a livre expressão dos seus funcionários, de quem em regra desconfia e subestima.

Atavicamente desconfiado e sectário em relação a tudo o que lhe surge pela esquerda, opta nos territórios municipais por secar, discriminando, o que não pode nem consegue controlar - iniciativas, associações, pessoas.

O combate pela democracia e pela transparência só poderá continuar a ser outra área de intervenção do Bloco de Esquerda nas autarquias.

Num quadro como este, a nossa atitude, enquanto força de esquerda, socialista e popular, só pode ser a de uma postura crítica acerada, a da contraposição de orientações e propostas alternativas, chamando o social ao centro da vida autárquica, reclamando por transparência e democracia na vida local, denunciando negócios obscuros, lesivos do ambiente e do património municipal, que atentem contra a qualidade de vida das populações; mas acima de tudo percebendo, e agindo, que é pelo movimento social que se geram dinâmicas de mudança, caminho para maiorias sociais transformadoras.

ESQUERDA.NET - UMA INOVAÇÃO DO BLOCO

CONTRIBUTO DE CARLOS SANTOS E LUÍS LEIRIA

Há menos de um ano, o Bloco lançou o portal Esquerda.net. Foi uma opção do Bloco construir um portal de informação diária na Internet, diferente na essência do tradicional site partidário. Diferente por ser um portal de informação, tratada como tal e não apenas a tomada de posição partidária oficial sobre os acontecimentos do quotidiano. Diferente por a opinião estar diferenciada da informação e, naturalmente, assinada. Diferente por ser actualizado diariamente, e a diversas horas do dia, na lógica de um portal de informação online.

Esta opção constituiu também uma inovação. Em Portugal, nenhum partido tinha um portal de informação. E, passado quase um ano, continua a ser uma opção única do Bloco de Esquerda.

O portal não se limitou porém a ter informação e opinião diária, teve desde o início uma rádio com um programa semanal, o Podesquerda, que se subdivide em várias rubricas regulares. A partir de Dezembro passou a ter também um programa semanal de música, os “Cantos da Casa”.

Também no portal existe a área de vídeo, a TV Bloco, com divulgação de vídeos, sejam ou não produzidos pelo Bloco.

De salientar ainda a elaboração de dossiers temáticos, uma vez por semana, onde se procura divulgar dados e análises do tema em questão, procurando abarcar diferentes pontos de vista, incluindo mesmo posições da direita.

A opção do Bloco foi uma aposta na disputa política e social, com abertura e amplitude, uma aposta na comunicação como elemento essencial no nosso tempo. O meio escolhido (Internet) constituiu igualmente uma opção do tempo de hoje, com as capacidades do Bloco. Uma decisão que exigiu opções e investimento material e humano.

BALANÇO DE DEZ MESES

Dez meses depois do lançamento do portal, registamos que já há algum tempo ultrapassámos os 500.000 visitantes e que desde o lançamento as visitas diárias se multiplicaram por 2,5. Quando dizemos visitas diárias trata-se de visitantes únicos – computadores que acedem ao portal.

Em cada semana são também enviadas *newsletters* (e-mail de informação sobre o portal), duas vezes por semana, para uns milhares de pessoas, que se inscrevem voluntariamente para as receber, em número que ultrapassa significativamente o número de filiados no BE.

Desde o início do portal já escreveram crónicas de opinião mais de 50 pessoas, foram produzidos 31 programas de informação de rádio, 15 programas de música, 42 dossiers, mais de 20 vídeos de produção própria. Foram realizadas até ao momento duas transmissões directas vídeo na Internet (na manifestação do 12 de Outubro e no concerto dos Jovens pelo Sim, no referendo à despenalização do aborto).

Mais de metade dos artigos mais lidos são artigos integrados em dossiers.

De salientar ainda que o portal desempenhou um papel dinâmico na marcha pelo emprego e na campanha pela despenalização do aborto, divulgando informação, favorecendo o debate de ideias, ajudando a formar e divulgar argumentos e fomentando a participação.

SISTEMA DE SITES

A opção pelo portal foi ainda completada por um sistema de sites que tem vindo a dar passos.

Assim, além do portal, existe o site do Bloco, o do Grupo Parlamentar, o BE-Global do departamento internacional do Bloco, o Blocomotiva e sites locais.

Desde Novembro passado existe ainda o Ecoblogue, sobre questões ambientais.

Naturalmente, o portal polarizou as atenções, mas não esgotou, antes fomentou a existência de sites, que permite uma informação mais diversificada e especializada.

Localmente existem muitas e louváveis iniciativas, com diversos sites e blogues locais. A aposta na consolidação de sites distritais tem vindo a ser uma opção importante, que não é exclusiva nem desvaloriza a existência de blogues e/ou sites concelhios. Com apoio central foram construídos os sites de Aveiro, Setúbal e Madeira e estão criadas as condições para a criação e funcionamento de sites em mais, pelo menos, cinco distritos.

Permitam-nos salientar o excelente site da distrital do Algarve, criado localmente por iniciativa dos camaradas.

IR MAIS LONGE

A comunicação é um elemento estruturante na organização, na formação e na disputa política. O portal Esquerda.net e o sistema de sites, para além de inovação, foi ainda um passo no reforço da participação e da democracia no Bloco.

A aposta num meio como a Internet e na área da comunicação exige inovação permanente. Exige que acompanhem constantemente as novidades que surgem, não só em Portugal, mas no mundo.

Estamos a ocupar um espaço vital e de uma maneira pioneira que devemos consolidar, lançando sempre novos desafios. É possível pensar que a tendência virá a ser para que meios como televisão, rádio, telemóveis, Internet se liguem e interliguem cada vez mais. Hoje um meio que usamos pode ainda ter uma divulgação limitada, mas o facto de ocuparmos com pioneirismo um papel nesse meio pode ser essencial amanhã, quando aumentar a sua divulgação.

Quando Francisco Louçã respondeu a Marcelo pelo vídeo, colocado no youtube, foi possível responder rapidamente ao desafio, porque estávamos preparados para tal, porque se tinha criado o portal.

CATÁSTROFE ECOLÓGICA E CAPITALISMO

CONTRIBUTO DE RITA CALVÁRIO

CATÁSTROFE ECOLÓGICA E CAPITALISMO

A deterioração do ambiente é generalizada. Poluição do ar, água e solo, contaminação genética dos alimentos, destruição de ecossistemas e biodiversidade, degradação do ambiente urbano, etc, são a expressão evidente de como a civilização capitalista é insustentável. A corrida ao lucro fácil conduz à catástrofe ecológica.

Obviamente que são os mais pobres os mais vulneráveis e mais atingidos. Os ricos podem pagar localizações privilegiadas, recursos naturais escassos, qualidade de vida e conforto. Enquanto for rentável explorar e contaminar o ambiente, condenando os mais pobres à exploração, miséria e fome, a expansão capitalista continuará a sua espiral destruidora.

As alterações climáticas vêm agitar os termos desta equação. Elas trazem a ameaça de uma catástrofe ecológica à escala planetária de proporções incalculáveis.

O aquecimento global é já hoje uma realidade, parte dos seus efeitos são inevitáveis e vão-se agravar nas próximas décadas e prolongar-se por séculos. O que significa consequências drásticas para milhões de pessoas, senão mesmo para o todo da humanidade.

Os impactos serão maiores junto dos mais pobres, porque mais vulneráveis e com menor capacidade de adaptação, mas far-se-ão sentir em todo o mundo. E afectam as próprias bases e vectores de desenvolvimento que o modelo capitalista decidiu privilegiar.

Face a este panorama é consensual a urgência de agir. Os custos da inacção são demasiado elevados. Mesmo na perspectiva capitalista, será mais rentável mitigar as alterações do clima do que lidar com os seus impactos.

QUE RESPOSTAS?

O crescimento das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) desde a revolução industrial é a causa. Os países do capitalismo avançado são os seus responsáveis históricos, mas rapidamente serão ultrapassados por países como a China, o Brasil e a Índia. O esforço de redução das emissões terá de ser global.

O que está em causa é o modo como se sustenta a expansão capitalista. A dependência de combustíveis fósseis como forma de energia para a indústria, edifícios e transportes ou como matéria-prima em bens de consumo, e ainda a alteração do uso do solo, são vectores a modificar. Mas assim é porque estão associados a paradigmas de desenvolvimento insustentáveis: o produtivismo, o consumismo e o individualismo. A acumulação de mais-valias leva à produção infinita, à criação de necessidades artificiais de consumo e à vivência individualizada. Esta é a racionalidade do mercado, responsável pela

crise ecológica e pela deterioração da qualidade de vida.

A resposta neo-liberal é aquela que fornece como receita a própria causa do problema. A causa é o mercado e a receita é mais mercado. Basta pôr um preço nos recursos naturais e/ou na poluição, criando mais mercadorias e mercados, e tudo se reequilibra.

A resposta social-liberal é aquela que combina receitas de mercado com reformas ao próprio mercado, mas sem colocar em causa a rentabilidade do capital. Serão estes a orientar a intervenção pública na reestruturação dos vectores da economia.

Estas são respostas insuficientes que conduzem a um beco sem saída, porque não respondem à natureza da crise ecológica. Elas não garantem o esforço global necessário para evitar o agravamento das alterações climáticas e de adaptação aos seus impactos.

Deixar a resposta nas mãos do mercado significa que apenas serão adoptadas soluções mínimas e que só se fará a transição, não imediata, para vectores que mantenham os mesmos paradigmas. E isto à custa de impactos significativos sobre os países e comunidades mais pobres, da deslocalização da redução das emissões do Norte para o Sul, do alastramento da pobreza e falta de acesso a bens e serviços básicos para uma larga maioria da população mundial.

A URGÊNCIA DE AGIR

A dimensão e urgência da tarefa exige visão de médio-longo prazo, planeamento de curto prazo e iniciativa pública imediata. Só assim será possível responder ao desafio da crise ecológica, com justiça social e sustentabilidade durável.

É necessária uma reorganização do modo de produção e consumo, fundada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população (não necessariamente “pagáveis”) e a preservação ambiental.

Mas é preciso agir desde já. A catástrofe ecológica tem um preço demasiado elevado para poder ser ignorada. E isto significa empreender desde já o combate por reformas imediatas que comportem dinâmicas de mudança na defesa do interesse público e que sejam ponto de convergência entre movimentos sociais, ecologistas, sindicatos e a esquerda socialista.

Questionar a produção até ao infinito de mercadorias e os hábitos de consumo induzidos artificialmente pela publicidade, a mercadorização do mundo e o poder das multinacionais é preciso. Mas apresentar alternativas e respostas imediatas aos problemas que se colocam hoje é essencial para a convergência de forças e movimentos emancipadores. Só assim se pode empreender o combate pela transformação da sociedade.

REPENSAR A UNIVERSIDADE

CONTRIBUTO DE ANA BASTOS, CATARINA PRÍNCIPE, JOSÉ SOEIRO, MANUEL RAMOS, PEDRO MENDES

O Ensino Superior em Portugal atravessa um período crítico, consequência das medidas neo-liberais que têm sido aplicadas ao longo dos últimos anos. Se é certo que estas medidas conduziram a uma crise, é também certo que o Ensino Superior sempre foi alvo de duras críticas. A crise assenta em dois pilares: implementação falhada do Processo de Bolonha e modelo de financiamento do Ensino Superior, mas a resolução destes problemas terá de passar por uma reformulação do conceito de Ensino Superior. A V Convenção do Bloco tem o dever de dar um contributo para esta reflexão e de avançar caminhos para criar movimento e proposta.

1. O PROCESSO DE BOLONHA E O MERCADO EUROPEU DE ENSINO

O Processo de Bolonha, instituído sob a capa da criação de um espaço europeu de ensino promotor da mobilidade dos estudantes, visa sobretudo criar um mercado europeu de aprendizagens capaz de competir com os EUA, cumprindo os objectivos da estratégia de Lisboa. Em Portugal, a transição atabalhoada do sistema antigo para Bolonha torna a situação mais dramática.

Com Bolonha, as Universidades servem para largar, todos os anos, no mercado de trabalho europeu jovens com baixa qualificação obrigados a sujeitarem-se ao que este tem para oferecer – trabalho precário e mal remunerado.

2. FINANCIAMENTO, OU A DESTRUIÇÃO DE UM DIREITO SOCIAL

Os critérios de financiamento, em função do número de alunos que todos os anos ingressa numa instituição ou em relação ao trabalho desenvolvido pelas suas unidades de investigação, levam a uma grande competição entre instituições (que não é centrada na qualidade do ensino) e conduzem-nas a um estado de desespero para encontrar formas de aumentar as receitas próprias.

Os alunos vêem-se assim confrontados com propinas elevadíssimas, geralmente fixadas ao valor máximo; os vínculos do pessoal docente são precarizados.

Este modelo leva ainda à discriminação de áreas que não produzem conhecimento tecnológico como é o caso das ciências sociais. Não há uma verdadeira aposta na investigação se esta não produzir conhecimento tecnológico ou passível de ser utilizado pelas empresas. O Ensino Superior está, portanto, condicionado às imposições do mercado e pretende ser apenas um motor de desenvolvimento económico.

3. REINVENTAR A UNIVERSIDADE

A Universidade deve ser um pólo de conhecimento e investigação, aberta a toda a sociedade e dinamizadora de desenvolvimento social.

A educação não deve ser vista simplesmente como meio para aceder ao mercado de trabalho ou forma de produzir lucro, mas como forma de construção e enriquecimento pessoal e colectivo, na medida em que gera pessoas mais informadas, com maior espírito crítico e capacidade de reflexão, com um conhecimento mais aprofundado da sua realidade e maior autonomia.

Deve ser acessível a todos e portanto, ser pública, plural e gratuita. Deve estar aberta à comunidade, dinamizando projectos locais e apoiando iniciativas. A formação ao longo da vida e a participação de novos e diferentes públicos deve ser incentivada.

A investigação deve ser encorajada em todas as áreas e valorizada pela produção de conhecimento civilizacional, não ficando sujeita às demandas do mercado de trabalho e da economia. O ensino deve ser de qualidade, quer ao nível dos currícula, como às práticas pedagógicas e recursos disponíveis, e não deve ser condicionado pelas necessidades empresariais. Os professores e investigadores devem ser valorizados enquanto profissionais altamente qualificados e devem-lhes ser garantidos direitos laborais e condições de trabalho.

As medidas que têm vindo a ser tomadas procuram adaptar o ensino a um mercado de trabalho atrasado e sem capacidade de absorver diferentes competências, tornando-o igualmente desqualificado e pouco abrangente. Pelo contrário, a aposta deve ser feita num ensino diversificado, qualificado, que valorize a produção de conhecimento científico, e em instituições que sejam verdadeiros centros de saber e investigação. Deve ser o mercado de trabalho a desenvolver-se no sentido de utilizar as potencialidades de trabalhadores mais qualificados e com elevado grau de conhecimento e a valorizar a autonomia e espírito crítico. Deve oferecer a pessoas qualificadas emprego bem remunerado e com direitos.

4. CONVERGÊNCIAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA À ESCALA EUROPEIA

A nossa visão da modernidade implica direitos sociais igualizantes, dos quais faz parte a educação. Mas implica também o acesso ao emprego, o combate à exploração e à precariedade, a qualificação do trabalho e uma maior autonomia dos trabalhadores. A Moção A, porque tem proposta e pensamento crítico, coloca o Bloco em condições de trabalhar na mobilização de uma resposta que faça convergir toda a esquerda social que se opõe à liberalização do Ensino Superior. Porque assume a escala europeia das lutas para combater a imposição de políticas a nível europeu, e porque tem propostas que nos permitem articular a nível europeu esta resistência, representa um passo em frente neste combate.

POR UM MOVIMENTO ESTUDANTIL PLURAL E PARTICIPADO

CONTRIBUTO DE JORGE PEREIRA

Muito se fala dos jovens estudantes e da sua (não) participação na escola. A história(s) do movimento estudantil no ensino secundário tem mostrado como o envolvimento dos estudantes nas actividades que fazem o quotidiano destes espaços educativos, não só tem crescido, como tem sido da maior relevância para um olhar mais crítico e mais significativo no aumento de consciência cívica e política.

Quem não se lembra da(s) greve(s) dos “90 minutos”, das “aulas de substituição”, do “numerus clausus”, da “educação sexual” etc, etc... Medir e quantificar não é o que nos interessa, mas sim ter uma leitura atenta sobre tudo o que decide a nossa vida, quer seja ao nível da educação formal (as políticas educativas, os documentos emanados pelo ministério...), ou da educação informal (as conversas no corredor, os debates, a música, o teatro... a participação na assembleia de escola e no conselho pedagógico), ou seja, o modo como se promove hoje o exercício da cidadania nos espaços educativos.

Os militantes e activistas bloquistas têm um papel importante neste “grito” de combate ao neoliberalismo e ao conservadorismo e à miopia que paira na sociedade e assim nas escolas, que promove um ensino instrumental em função de um mercado empregador (embora o desemprego aumente e mais diploma não seja sinónimo de mais trabalho), em vez de um ensino que promova a emancipação. Nós temos de dar um “empurrão” às dinâmicas de trabalho existentes no movimento estudantil, de forma a criar condições de trabalho mais enquadrado politicamente para uma real intervenção nas

associações de estudantes, nas plataformas, e em todos os espaços onde o medo e a ignorância ainda habitam em maioria. De facto, uma questão que se coloca hoje é como fazer política na escola, como cativar um colectivo. Como trabalhar num movimento que entenda os estudantes como sujeitos actuantes e responsáveis nos processos de escolha e de construção dos seus projectos de vida.

Neste momento, no secundário, o movimento estudantil encontra-se numa fase bastante frágil. Houve uma tentativa de construir um movimento apartidário (ou não comandado por partidos) mas tal não se conseguiu, já que as jotas dos partidos estão tão fortemente implantadas no mesmo. Mas e o BE, o que será que deverá fazer perante isso? Deverá apresentar-se como a JCP, que tenta a todo custo controlar o movimento conciliando as lutas do mesmo com as lutas da jota? Ou como uma JS que tenta também apoderar-se do movimento tornando-o num cúmplice das más políticas do governo?

O BE nunca poderá tentar controlar um movimento e nunca poderá ser cúmplice de más políticas do governo. Para que isso não aconteça, o BE tem de se apresentar como o partido que apoia as lutas do movimento estudantil, que forma activistas que intervêm de forma crítica nas escolas, que leva às escolas as discussões que realmente interessam aos estudantes e as que são tabu, mas para isso temos de estar na escolas para que essas discussões estejam presentes nos recreios e nas salas de aula, nas assembleias, para contribuírem na evolução de um movimento associativo plural e participado.

O B.E. E A POLÍTICA PARA A JUVENTUDE

CONTRIBUTO DE SADIK HABIB, FLOR NEVES, DÉLIO FIGUEIREDO, DANIEL MARTINS

O surgimento do B.E. correspondeu à emergência de uma nova cultura política. Pelo seu carácter radical, combativo, subversivo e irreverente, conquistámos desde logo um enorme apoio e simpatia entre grande parte da juventude do país, que depositou no Bloco a sua confiança e as suas expectativas. Oito anos depois, e no âmbito do debate convencional, parece-nos chegada uma altura apropriada para elaborar um balanço acerca do nosso trabalho de juventude. Um balanço que para nós não pode ser senão crítico.

No trabalho de juventude, o B.E. revelou-se ao longo destes últimos anos incapaz de fixar a sua base de simpatia e de a traduzir em militância orgânica. Das centenas de jovens que passaram pelo BE desde o seu nascimento, apenas uma ínfima parte ficou por cá. E se não negamos os factores objectivos que dificultam aos jovens, após uma certa altura, a manutenção dos mesmos níveis de compromisso e participação política, não podemos deixar de apontar as falhas de direcção política que conduziram o trabalho de juventude do BE estado em que está hoje. Um estado cujo exemplo paradigmático é constituído pela Faculdade de Letras: espaço no qual durante muito tempo os militantes do Bloco desempenharam um papel fulcral, a implosão do BE enquanto força política influente e presente no Ensino Superior deixou aqui um vazio que permitiu à extrema-direita organizar-se e ser capaz de se candidatar às eleições para a Associação de Estudantes, tendo sido derrotada por uma lista da JCP, a única apresentada em alternativa.

Se não deixamos de considerar outros factores, cremos no entanto que as políticas adoptadas e levadas a cabo constituem o factor fundamental subjacente à situação: o culto do espontâneo e do informal, a adopção de uma política de resposta imediatista sem perspectivas de médio prazo, e a recusa de uma política de construção que integrasse os contributos de todos, foram os factores subjectivos que, articulados com o factor objectivo da derrota das últimas lutas do movimento estudantil, contribuíram para o actual estado de coisas.

O que observamos na juventude encontra paralelos nos diversos espaços do BE no seu todo. A canalização da militância para o tarefismo eleitoralista, abdicando de ganhar raízes (no mundo laboral, no Ensino Superior, no Ensino Secundário), o fechamento da decisão política num círculo restrito sem relação dialéctica e democrática com as bases, levou à desistência e ao abandono de muitos que se juntaram ao BE querendo ser agentes transformadores e por isso recusaram justamente ser figurantes instrumentalizados. Entre a juventude, contudo, tais políticas e os seus efeitos tiveram a particularidade de ser terem traduzido na formação de uma moção e de uma lista críticas e alternativas, que mereceram o apoio de 33% dos aderentes jovens reunidos em conferência nacional na

cidade de Coimbra em 2005. O que se verificou desde então foi um acelerado esvaziamento do trabalho político na juventude (cujas responsabilidades não podem de forma alguma ser atribuídas aos membros da coordenadora eleitos pela lista alternativa, que constituem para todos os efeitos uma minoria neste órgão e cuja sensibilidade não tem qualquer influência nos órgãos de direcção superiores).

Tendo perdido o controle, até então total, sobre o trabalho de juventude do BE, a sua direcção nacional e a maioria da coordenadora de juventude, a ela afecta, passaram a aplicar uma estratégia de boicote. Em vez de aceitar que um terço dos aderentes jovens do BE pudessem ter alguma razão nas críticas apontadas, e procurar corrigir os erros no sentido de reforçar o papel combativo e interventivo dos jovens do BE, optou-se pela política da terra queimada. Temos então hoje uma C.N.J.B.E. (Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda) que reúne esporadicamente e que portanto não discute, coordena ou dirige efectivamente a política de juventude. Continuamos fora das Escolas Secundárias e desaparecemos das faculdades. Em Lisboa o grupo de activistas do Ensino Superior deixou de se reunir enquanto tal, e as últimas assembleias de jovens foram bem expressão do retrocesso quantitativo e qualitativo. A militância jovem tende a esgotar-se numa coordenadora que se coordena a si própria e que deixou de ter qualquer base a sustentá-la, o que reflecte apenas o fechamento aparelhista do Bloco, em que de forma semelhante a sua militância tende a esgotar-se cada vez mais no corpo profissionalizado de funcionários e nos aspirantes a tal.

Consideramos que a direcção do BE tem responsabilidades no actual estado de coisas no que concerne ao trabalho de juventude. Infelizmente, a moção A, que a representa, revela-se não só incapaz de fazer uma alteração de rumo que se impõe, como pelo contrário insiste no mesmo caminho. É neste sentido que podem ser lidas as suas propostas, visando separar o trabalho dos jovens estudantes dos dos jovens trabalhadores (estes últimos remetidos para a esfera das “estruturas do Bloco”), impondo adicionalmente à primeira dimensão (que já de si constitui uma redução enorme de toda a abrangência que tem desde sempre caracterizado o trabalho de juventude) uma burocratização desnecessária, por intermédio da imposição da eleição de delegados à Conferência Nacional, que só visa reduzir cada vez mais o debate entre os jovens, afastá-los da decisão e participação verdadeiramente política dentro do BE.

A juventude deste país precisa de um BE democrático e combativo. Que dinamize, organize e dirija os combates que urge travar. É portanto necessário um novo rumo. Pelo nosso futuro, queremos no presente um BE de combate. Um BE de luta, em todas as lutas.

AS ESCOLHAS OU A CEPA TORTA

CONTRIBUTO DE JOSÉ GUILHERME GUSMÃO

Poucas áreas de trabalho político do Bloco de Esquerda têm tido um desenvolvimento tão decepcionante como o trabalho de juventude. A ausência de linhas de trabalho consistente na área de juventude têm condenado os Jovens do Bloco do ponto de vista orgânico a grupos de amigos espalhados pelo país e do ponto de vista político à realização de iniciativas ditas de rua e dinamização de linhas de trabalho com pouca continuidade. O crescimento tem sido nulo ou negativo, a intervenção nas escolas, praticamente inexistente, salvo honrosas e raríssimas exceções, quase todas em Lisboa.

Sobre esse assunto tem vigorado uma abundância de hipóteses e sugestões. Dezenas de ideias e áreas de intervenção possíveis. Nada que se assemelhe a uma escolha política sobre prioridades. Uma política para o trabalho de juventude não é uma declaração de intenções ou desejos. Implica decidir sobre quais as áreas em que a nossa militância deve ser investida. De outra forma, o resultado será sempre a escolha do familiar, do cómodo, da tribo.

É chegada a altura de lançar um olhar sério e definir uma estratégia clara para a área de juventude que passe pela concentração nos espaços de intervenção onde a juventude se concentra. Hoje, temos activistas a trabalhar com outros precários, intermitentes ou bolseiros, terrenos bem mais difíceis do que o das escolas. Porquê a demora, então?

O QUE SIGNIFICA VIRAR PARA FORA? ONDE ESTÁ A “RUA”?

Muito do discurso que tem servido para adiar a prioridade total à intervenção nas escolas tem sido o discurso anti-associativo (que, aliás, não passa de uma variante de um discurso anti-estudantil, *tout court*) em benefício daquilo a que alguns chamam uma intervenção juvenil na “rua”. Essa intervenção juvenil tomou assim o lugar de um envolvimento dos nossos activistas no movimento associativo, que há já alguns anos perdeu toda a sua capacidade reivindicativa (ou seja, nunca mais saiu à “rua”).

Infelizmente, à nossa justa crítica desse movimento associativo adormecido não está associada nenhuma alternativa a não ser a nossa própria apatia e negligência. Se os activistas do Bloco das escolas secundárias e das faculdades têm, ao que parece, mais que fazer, porque haveriam de ser outros a fazer esse trabalho?

INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS: UMA URGÊNCIA ABSOLUTA.

Entre secundário e superior, há cerca de 722 mil estudantes em Portugal. São mais de 7% da população portuguesa e bem mais de 50% da população jovem entre os 15 e os 24 anos de idade (estimada em cerca de 1.270 mil). Se acrescentarmos o 3º ciclo, o número ascende a mais de um milhão. Aqui está grande parte do que será o nosso futuro activismo.

É o terreno de intervenção e alargamento por excelência,

tanto por se tratar de um grupo social em período de formação (ou não-formação, lamentavelmente) de consciência política, como por se agrupar em grandes concentrações em que é possível conseguir um enorme impacto político com pouca gente e poucos meios. Tudo o que hoje investirmos na intervenção nas escolas, alimentará todas as áreas de actividade do Bloco no futuro.

Neste contexto, tudo o que desviar os poucos estudantes que temos entre nós da intervenção no seu local de estudo não compromete apenas o nosso trabalho nas escolas. Compromete todo o futuro do Bloco em todas as áreas de actividade, sem nenhuma excepção. Seria uma política absolutamente míope e suicida. A intervenção nas escolas e a aposta absoluta no apoio aos nossos activistas estudantes tem de ser entendida como uma prioridade nacional do Bloco, em todos os níveis de organização e direcção.

Mas esta urgência também deve dizer respeito ao activismo de outr@s que não @s estudantes. Se tomarmos o exemplo de iniciativas temáticas na área do ambiente ou da solidariedade internacionalista, verificamos que as mais bem sucedidas, do ponto de vista do seu impacto público, foram precisamente as que se realizaram em escolas ou faculdades. O potencial de intervenção nas escolas e faculdades não diz respeito apenas à intervenção sobre temas estudantis. É um recurso a explorar em todas as frentes de trabalho.

É PRECISO, É URGENTE QUE:

1. Tod@s @s activistas que são estudantes assumam como intervenção prioritária a intervenção na sua escola ou faculdade sobre temas estudantis mas também sobre o conjunto de temas sobre os quais o Bloco intervém. Não há nenhum outro espaço de militância em que os estudantes sejam mais importantes e úteis ao Bloco.

2. Todas as organizações distritais e concelhias do Bloco definam um responsável pelo acompanhamento ao secundário. Tendo o Bloco tão poucos activistas no secundário, é indispensável que outros activistas assumam a responsabilidade de conseguir os primeiros contactos.

3. Levar a cabo uma campanha nacional orientada para o Ensino Secundário. Hipótese: Educação Sexual, com divulgação das nossas propostas e promoção de um abaixo-assinado.

4. Promover e participar em núcleos de estudantes unitários em todas as escolas ou faculdade em que tivermos activistas. Todos os resultados que temos obtido ao nível do Ensino Superior, resultam de contextos em que fomos capazes de trabalhar em banda larga com outros estudantes, sem preconceitos nem sectarismos.

5. Aproveitar de forma crescente as Faculdades como espaço de realização de iniciativas relacionadas com outras áreas de trabalho do Bloco.

ENSINO E NEOLIBERALISMO

CONTRIBUTO DE CECÍLIA HONÓRIO

As rasteiras do neoliberalismo escondem-se sob a melhor propaganda fabricada em torno do consenso e do bom senso das reformas. Mas a realidade é a da instrumentalização da educação em nome da formação do capital humano (adaptável às metamorfoses do mercado de trabalho globalizado), impondo a adaptação dos sistemas à cartilha das empresas sob o lema da modernidade, da qualificação, da empregabilidade.

Na “era do conhecimento”, dos capitais não materiais, o direito ao trabalho foi substituído pela obrigação de a mão-de-obra atestar a sua empregabilidade e a ideiação democrática que sustentou a expansão da oferta do sistema escolar no mundo ocidental sai estilhaçada pela evidência da subordinação da escola ao mercado. Com ela se recria a legitimação de velhas e novas divisões sociais, se acentuam formas de proletarianização radicadas entre os “qualificados”, os que têm um “conhecimento que vale”, e os “outros”.

Produzir capital humano e obter mais lucros é o horizonte de reformas onde triunfam as competências e se hierarquizam os saberes e é neste quadro que o desejo da produção de novos conhecimentos ao serviço de toda a humanidade ficará encravado nos conhecimentos técnicos ao serviço das empresas e da ideologia dominante. Os donos do mundo, do presidente do GATE aos lóbis de industriais que actuam directamente sobre Bruxelas, não têm dúvidas: a educação é um dos mercados mais vastos e em maior expansão (cabendo à OCDE preparar o parto sem dor da adaptação dos sistemas).

Neste sentido, e diversamente da propaganda, salvaguardadas as especificidades nacionais, nem o Ministro do Ensino Superior nem a Ministra da Educação têm projectos próprios e originais. O compromisso é o da unificação do mercado europeu do ensino, que disputa hegemonias na próxima década e procura marcar pontos face ao mercado norte-americano.

Bolonha à portuguesa foi apenas um dos rastros das exigências do mercado europeu de ensino superior. Os sinais são claros: estrangulamento orçamental das instituições, precariedade crescente de professores e arbitrariedade nas relações laborais, miragem da gestão por resultados, enquanto os condicionamentos dos mega-consórcios da ciência e investigação, ou a criação da nova agência de avaliação do ensino superior, deixam o lastro da governamentalização tão ao gosto do PS.

Cá, como lá fora, há novas respostas e os movimentos alternativos emergem, fazendo das universidades lugar privilegiado de combate à globalização, ao império, à precariedade.

O Ministério da Educação aduba-se da propaganda do bom senso (combater o insucesso e o abandono, rentabilizar recursos físicos e humanos, avaliar os agentes, etc.) mas os danos sentir-se-ão sob a pele quando rebentar o sistema que hoje a propaganda diz estar apenas a rentabilizar, quando se avaliarem os danos colaterais da contra-reforma da reforma: os custos na qualidade do ensino com a criação da nova aristocracia docente, gerada por critérios artificiais mas que será peça chave na regulação do sistema; os custos do reforço das aprendizagens formais das crianças do 1.º ciclo; os custos e os lucros da privatização parcial do parque escolar e dos casamentos e baptizados que as escolas terão de promover; os custos sociais do pacto real com a reprodução das desigualdades sócio-culturais pela escola pública ou os custos da ausência de uma reforma dos programas, que não se faz porque sai cara.

Hoje, urge defender a democracia, da sala de aula ao país, combater a recriação das desigualdades sociais e a nova hierarquia de saberes. Hoje, é preciso projectos curriculares integrados, trabalho cooperativo, priorizar a formação política d@s indivíduos, desafiar o classismo, o sexismo, a homofobia, com práticas e um currículo democrático e optimista.

Hoje, é urgente quebrar a desmoralização e a angústia de mudanças que não são feitas com e pelas pessoas, quebrar a angústia das injustiças recriadas com as novas hierarquias e as novas formas de precariedade, a hipocrisia da cultura meritocrática indiferente ao que urge mudar: a solidão e o individualismo do trabalho dos professores, a cultura do manual e dos saberes pré-formatados, a ideologia tecnocrática e a burocratização da cultura escolar, a culpabilização de professores e alunos pelos fracassos, as dificuldades de comunicação entre os actores que fazem a escola.

Com optimismo, porque quanto maior o cepticismo e o pessimismo mais aberto o caminho para as políticas neoliberais e é responsabilidade de esquerda, responsabilidade nossa, não pactuar, desfazer o falso consenso e procurar ser parte maior da alternativa.

O SOCIALISMO É O AUMENTO DO CONSUMO?

CONTRIBUTO DE ALDA MACEDO, ANTÓNIO REGEDOR, JOAQUIM VIANA, NELSON PERALTA E RICARDO COELHO

Há muitas ideias erradas sobre o socialismo – e muito mais que não sabemos sobre o socialismo, enquanto não houver uma experiência social que seja alternativa à da URSS e da China. Mas a falta de concretização não diminui nem a necessidade de debates profundos sobre o socialismo nem a exigência da ligação desses debates à luta política concreta da esquerda socialista nos dias de hoje.

Um dos terrenos mais relevantes para uma política socialista é a revolução ambiental, que de modo algum põe em causa a defesa dos direitos humanos associados ao conforto e à satisfação das necessidades.

É na política ambiental que surge um dos logros impostos pela ideologia do mercado capitalista: a ideia segundo a qual é imperativo prometer e cumprir o aumento do consumo como condição de qualidade de vida e portanto de socialismo.

Foi justamente esta imposição do capitalismo que produziu durante anos um falso conflito de interesses entre a esquerda e o sindicalismo e os ambientalistas. Não perceber que o apelo ao consumismo desenfreado é uma das melhores armas do capitalismo é não perceber a luta de classes nos nossos dias e ficar enfeudado numa orientação conservadora e reaccionária.

Reduzir o consumo, nunca - dizem, nos debates do Bloco, os nossos camaradas da Moção C. Não é o trabalhador que deve mudar os seus hábitos de consumo, mas sim o capitalismo que deve ser destruído, acrescentam.

Sim, o capitalismo deve ser destruído até porque uma política ambiental séria exige a utilização dos recursos segundo as necessidades colectivas. Mas essa racionalidade colectiva exige precisamente a alteração das regras do consumo, em primeiro lugar nos países capitalistas desenvolvidos. E a mudança não pode esperar pelo socialismo, é uma batalha contra o capitalismo sob o capitalismo.

Foi o capitalismo – e nenhum outro modo de produção anterior – que criou a utopia da produção e acumulação ilimitada a partir da expansão perpétua do capital. A raiz dessa utopia capitalista é a determinação do valor de uso pelo valor de troca: não são as necessidades sociais humanas que determinam o valor, mas antes o funcionamento do mercado e a lei da acumulação.

Ora, o crescimento do capital está em contradição com as necessidades humanas: o capitalismo tem um crescimento canceroso, para usar a expressão de Meszaros – é a produção destrutiva. Os recursos naturais são finitos, logo a lógica capitalista da exploração intensiva e irracional dos recursos naturais só pode produzir catástrofe e desigualdade.

Mas o mercado tem uma força. Essa força é o fetichismo da mercadoria, que transforma as relações sociais em objectos manipuláveis, e que submete o trabalho à subordinação da exploração, produzindo produtos que são vistos como alheios ao trabalhador, mas apetecíveis para o consumidor. O consumismo é ao mesmo tempo a redução da condição humana à de mero instrumento ao serviço do funcionamento do mercado.

Por isso, quando nos perguntam se se pode manter ou mesmo aumentar o nível de consumo actual, a resposta é que, em alguns casos, o nível de consumo deve baixar. O consumo individual, que é consumo do trabalhador. Deve baixar.

Exemplo: o consumo de combustíveis fósseis e o uso do automóvel privado deve baixar. A condição para o combate às alterações climáticas não é desejar ou esperar pelo fim do capitalismo, que resolva o problema (com o aumento do consumo de gasolina?). A condição é lutar desde já pelo fim do esbanjamento dos recursos escassos, seja agora seja numa sociedade não-capitalista. O que implica reduzir o consumo, promovendo a alternativa de justiça ambiental e de organização das cidades que é o transporte colectivo eficiente e o ordenamento urbano em função do interesse público e não do interesse do negócio especulativo.

O direito à mobilidade é um direito fundamental, mas não tem que se subordinar ao paradigma fordista, que nos anos trinta transformou os trabalhadores das empresas Ford nos primeiros consumidores dos automóveis que produziam. Construir o socialismo passa por re-inventar as formas de garantir o cumprimento de direitos de democracia que devem passar por novos paradigmas, ambientalmente sustentáveis.

De facto, defender o fetichismo consumista implica mesmo a adopção de posições pró-imperialistas. Porque é que o trabalhador em França pode ter um carro e na Índia e na China não pode ter – ou teremos mais dois biliões de carros no planeta?

Pelo contrário, a defesa do socialismo faz-se pela exigência da democracia no acesso aos valores de uso, de uma forma garantida, sustentada e socialmente controlada. O capitalismo é a esquizofrenia da criação de riqueza à custa do desperdício de uns e da carência para outros.

As normas de consumo devem estar subordinadas a necessidades democraticamente estabelecidas, preservando o espaço das escolhas individuais no limite da responsabilidade colectiva. A nossa sobrevivência colectiva exige consumirmos menos alguns produtos, mudar as regras da produção, atacar o esbanjamento que o mercado impõe, criar regras para todos.

A PERSPECTIVA DO GOVERNO PSEUDOSOCIALISTA REINANTE

CONTRIBUTO DE ANTONIO LAGE

A DESMONTAGEM DO FALSO SOCIALISMO

Portugal não pode continuar a tolerar um governo que se diz socialista, mas que ao mesmo tempo o seu primeiro-ministro fica feliz quando lhe chamam o Toni Blair Português.

De facto o povo de esquerda, órfão deste partido socialista que nos governa, verá recair as suas esperanças e novas expectativas, mais cedo ou mais tarde, sobre o Bloco, e cabe-lhe a ele estar preparado e corresponder às suas legítimas aspirações.

Penso ser este o trabalho de futuro para o Bloco, o estar preparado para acolher todos os que se sentirem traídos pelas contradições de direita do actual partido socialista.

DESCONSTRUTIVIDADE DA GOVERNAÇÃO DITA SOCIALISTA

Neste momento Portugal é nada mais que o País onde os 20% da população mais rica, recebeu 8 vezes mais que os 20% mais pobres. Nesta matéria somos recordistas na zona Euro.

Em matéria de poder de compra per capita, já fomos inclusive ultrapassados por países como Eslovénia, República Checa, Malta ou Bahamas. De resto e em matéria de capacidade económica dos Portugueses, não deixa de ser sintomática uma estratégia de governação do P Socialista que prejudica claramente os consumidores finais (todos nós) em detrimento do grande capital.

É o que acontece com o IVA. Em Portugal o IVA aumentou para 21%, tornando-se num dos mais altos de toda a Europa. O IVA no nosso País vizinho é de 16%.

Todos nós sabemos que o consumidor final é o ultimo a pagar um produto, logo paga o IVA de todas as transacções anteriores efectuadas por esse produto. Mais ninguém paga IVA a não ser o consumidor final.

Continuando na senda deste governo pseudosocialista reinante, não podemos deixar de referir também o escândalo em que se tornou o nosso País, onde as **taxa de juros** são as mais elevadas, de toda a zona Euro, tendo inclusive em Janeiro deste ano aumentado essa diferença para **o dobro da Zona euro**. (Portugal média 15%, zona euro média 7%) - Fonte BCE

Mais, em média cada Português paga por ano 100 euros em **comissões** sobre produtos e serviços tradicionais na banca. DECO.

Mas sobre esta política pseudosocialista reinante muito há ainda por dizer. Ainda sobre a banca Portuguesa, não deixa de ser sintomático o facto do número das famílias endividadas além das suas possibilidades (crédito mal parado) ter disparado em 2006, e por falar em 2006, devemos ter em conta, para percebermos bem esta governação que se diz socialista, que o crescimento económico desse ano foi **o mais baixo de toda a Europa** (Estónia 11,5%, Eslováquia 8,2, Espanha 4, Portugal 1,3).

Ou seja, **estamos a divergir de toda a Europa, sem excepção. Quer sejam países ricos quer países pobres.**

Seja como for, estes factos parecem não incomodar o governo pseudosocialista reinante, dado que sabemos hoje que os lucros dos 4 maiores bancos no primeiro trimestre deste ano foram avassaladores, algo como 558 milhões de euros, uma subida média de 15%.

É esta no fundo a forma de governo do PS de Sócrates, resultados excelentes para a Banca, sacrifícios brutais para a população.

Aliás a Banca nesta última década (1995-2005) tem sido o delfim, ou a grande aposta dos governos do centro, longe vão as ilusões do choque fiscal ou do choque tecnológico, aquilo que sabemos hoje é que a **banca portuguesa** a par do imobiliário foram os únicos **sectores em Portugal que cresceram de forma clara**, todos os outros sectores (agricultura, pescas, indústria, construção, comércio, hotelaria e até o sector Outros) desceram a sua produção em média durante essa década INE.

Não deixando de ser sintomático ainda que os gestores da banca ganhem hoje quatro vezes mais que os seus colegas noutras áreas. CMVM

É esta a estratégia do governo pseudosocialista reinante para com os Portugueses, “não lhes dêem nada, mas tirem-lhes tudo”. É esta máxima Espartana que esse governo aplica, na prática. “O petróleo baixa vários meses consecutivos no mundo, mas não importa, agora que já temos a **gasolina mais cara do mundo**, (1,56 dólares, mais que na Finlândia ou na Alemanha) podemos sacar imenso com isso aos Portugueses dado que temos também o **imposto sobre os combustíveis mais alto do mundo** (ISP+IVA 50%)”.

Quanto há Banca podemos também verificar esta máxima Espartana mas no sentido inverso, ou seja, dêem-lhes tudo mas não lhes tirem nada.

A estratégia do governo de apostar tudo nos sectores Banca, Imobiliário, e na volatilidade das exportações, como forma de relançar Portugal, faz com que mais uma vez fique claro que, **quem faz os sacrifícios são os mesmos de sempre**, seja com o PS ou com o PSD/PP, o resto é a aplicação da terceira via, ao estilo Toni Blair, e que já a ninguém faz sorrir, a não ser a José Sócrates.

VERDADEIRAMENTE SOCIALISTAS

Para se ser verdadeiramente socialista é necessário praticar políticas completamente antagónicas aos exemplos apresentados.

- Num partido verdadeiramente socialista **torna-se um imperativo; A melhor redistribuição da riqueza** pelos portugueses, por forma a colmatar o fosso que actualmente existe entre os mais ricos e os mais pobres.

- É de capital importância a aplicação do imposto sobre as grandes fortunas

- Uma política para as pessoas logo, a favor do emprego é nesse quadro, **fundamental**. Contudo os dados oficiais do Governo apontam para uma redução de uma décima apenas da taxa desemprego até ao final desta legislatura. Fonte PS.

- Uma maior taxação dos bens de alta gama, como carros de luxo ou aeronaves de particulares, que dispararam as sua venda em 2006.

- Num regime verdadeiramente socialista é uma injustiça que o consumidor final pague uma taxa tão alta de IVA (21%), que como já vimos uma das mais altas da UE.

- O imposto sobre a gasolina (50%), a mais alta do mundo, tem de ser reavaliado.

“MOÇÃO E” - POR UM BE MOVIMENTO, EM ROTA DE UNIDADE COM TODA A ESQUERDA ANTI-CAPITALISTA, NA MOBILIZAÇÃO POPULAR CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

CONTRIBUTO DE HORÁCIO DUARTE

1 - O BE não pode ser um partido ampliado, substituto das pequenas organizações políticas que o formaram.

Para que o BE fortaleça a sua unidade interna e de toda a esquerda partidária anti-capitalista e na unidade e mobilização do nosso povo, terá de assumir a forma Movimento.

2 - O BE, como Movimento unitário não tem vocação para a assunção do socialismo. Para cumprir este papel unitário o BE não pode assumir a defesa do socialismo, ao mesmo tempo que não pode ter um papel anti-socialista e anti-comunista.

Numa formação social como a nossa profundamente pequeno-burguesa e até conservadora ainda e para quem pretende fazer frente às políticas neoliberais, assim como ganhar uma maioria social, não acredito que seja na base do socialismo que o consiga fazer.

Por outro lado, para além de esvaziar de sentido de existência das organizações que o formaram, artificializa contradições entre estas devido às concepções mais diversas que têm sobre o socialismo e que acabará por enfraquecer o próprio BE ao levarem para dentro deste as velhas discussões académicas, desconfianças e disputas metendo no meio do turbilhão quem nada tem a ver com opções socialistas.

O mesmo sucede com organizações políticas fora do BE, em particular com o PCP, na medida em que a tendência é empolar o debate ideológico em prejuízo da concertação política.

3 - O BE precisa de corrigir a sua orientação política e a sua forma de conviver com as restantes forças políticas de esquerda anti-capitalista em Portugal e também no Mundo. Tem de ter como bandeira um programa de reivindicações políticas de acordo com o estádio do movimento popular para unir os trabalhadores e a maioria do nosso povo, assim como as suas organizações políticas e sociais, suas representativas, no sentido de levar esta maioria social a uma guerra de movimentos contra a política capitalista em Portugal, sem tentar fazer cópias descoloridas nem imitações de calendários de outras realidades europeias e mundiais que naturalmente terão condições objectivas e subjectivas diferentes das nossas.

Esse programa político até existe nas várias moções apresentadas. Mas esse programa político tem de ser a cereja do bolo na política do BE, ser o factor de unidade interna e estar virado para a unidade de toda a esquerda e não para a concorrência com os restantes partidos da esquerda como o PCP, ou com os movimentos sociais como a CGTP.

Esse programa tem de ser desde o início uma proposta de unidade sincera e por tal aberto à discussão e ao consenso com outras forças políticas de esquerda, para no final ser aquilo que faz falta para unir essas forças. Tem de servir a mobilização e

organização dos trabalhadores e da maioria do nosso povo no terreno da luta de classes e não para ser esgotado em acções bombásticas, simbólicas e sectárias para a comunicação social que não passam de fogo-fátuo. Esse programa não pode portanto, impor condicionantes ideológicas a outras organizações políticas de esquerda.

Só assim terá significado chamamentos à unidade como é feito na moção C à CGTP, PCP, etc.

O BE como Movimento democrático, tem de respeitar as restantes organizações políticas de esquerda quanto à sua história, objectivos estratégicos, formas de organização e problemas internos. O BE tem de olhar para essas forças como aliadas e não como adversárias. Tem de debater com elas política e não ideologia.

O BE tem de deixar de fazer o jogo da direita da UGT e PS, embora de forma involuntária, ao fazer uma crítica destrutiva da CGTP, sem razão e deixa na sombra a UGT, onde nem uma linha aparece na Moção A. Numa altura em que se preparam greves e manifestações contra a política governamental, onde desde as associações patronais, aos partidos conservadores, passando pelo PS e a UGT, todos fazem fogo contra o movimento sindical levantando a mentira de que esta só serve o calendário do PCP, nós aderimos a essa campanha A isto se chama trabalho de 5ª Coluna.

Nas eleições autárquicas, temos de procurar a unidade com outras forças de Esquerda, em particular com o PCP, sem deixar de criticar as formas erradas de unidade, mas reconhecendo também as nossas fraquezas em muitos municípios, o que até haver condições para formas de unidade mais duradouras, não justifica fazer coligações em municípios pequenos. É um desperdício de forças.

Também nas restantes eleições deve-se criar condições para a criação de grandes blocos unitários que tenham de facto em conta os interesses daqueles que dizemos defender e deixar de jogar ao faz de conta que só joga pessoas para a abstenção.

É essa falta de alternativa séria que leva à bipolarização entre a direita conservadora e a direita social-democrata; Que levou à vitória os conservadores nas últimas presidenciais. Aliás, todas as forças de esquerda que fazem parte da solução, têm de inverter caminho no sectarismo político. Ou aproveitam as condições que têm hoje, ou amanhã é tarde, porque esta democracia burguesa não dura sempre. Para isso as nossas ilusões têm de acabar primeiro.

Também na cena internacional a posição do BE tem de ser menos taxativa e mais estudiosa. Hoje, face a esse posicionamento, o BE é incapaz de realizar uma acção que seja de solidariedade com Cuba que vive atrofiada na garganta do Golias EUA.

PORQUÊ O MEDO DAS NACIONALIZAÇÕES?

CONTRIBUTO DE JOÃO ROMÃO

No seu Manifesto, a Moção C apresenta “**uma nova política**” que “**defenderá e preparará**” a renacionalização de sectores estratégicos da economia, de forma a gerar emprego e mais-valias que permitam a Portugal ultrapassar o atraso crónico no desenvolvimento económico e social.

Esta posição, tão moderada e comedida, é nova Na gaveta fica a famosa “**nacionalização sob gestão eleita pelos trabalhadores**” da OPEL, exigida ainda em Setembro passado no panfleto do Ruptura distribuído publicamente para criticar a Marcha pelo Emprego. Aí se criticavam os trabalhadores da OPEL, dado que “**só uma obsessão em não querer questionar a propriedade capitalista da fábrica da Azambuja pode explicar a recusa a colocar esta reivindicação**”.

Agora, uma “nova política” tem como característica que “defenderá e preparará” a renacionalização de sectores estratégicos. Essa nova política assenta num acordo com maiorias (mas não é para já, logo se verá). Depende, dizem os camaradas, de uma plataforma com o PCP, a CGTP e alguns socialistas (plataforma que não existe nem vai existir). Essa nova política “defenderá e preparará” (mas nada diz que fará) a nacionalização em alguns sectores estratégicos (não se sabe quais), com o objectivo de gerar emprego e obter mais valias (não se sabe bem como).

A política do Bloco tem sido muito diferente. Não tem sido transformar as “nacionalizações” numa questão ideológica remetida para um amanhã que canta. Não esperamos nem remetemos para uma relação de forças que não existe e que nada indica que venha a existir brevemente. Pelo contrário, o Bloco tem combatido a ideologia dominante, assente no poder total do mercado, para sublinhar a incapacidade da burguesia em responder a problemas sociais, que agrava dramaticamente: desemprego, exclusão, pobreza, desqualificação, exploração. E por isso, fazemos um debate de políticas concretas e é para políticas concretas que usamos o argumento da nacionalização.

Escolhemos exemplos e tornamo-los claros. Na última eleição, defendemos a nacionalização da energia (das partes privadas da GALP e EDP). Assim denunciámos os escândalos das privatizações sucessivas de partes dessas empresas, denunciámos o mercado ibérico, apresentámos uma política de preços contrastada com a do governo, conjugámos política económica e política ambiental.

Se a Moção A for aprovada pela Convenção, acrescentaremos a este argumento a necessidade de nacionalização da produção e distribuição de água, bem como a criação de um sector público de transportes que seja integrado nacionalmente e a nível europeu. São questões concretas, que a maioria dos trabalhadores percebe claramente, e que produzem confronto com o governo Sócrates. Agora – não depois de amanhã.

A força destas propostas é que defendem os serviços públicos e demonstram que as privatizações são formas de constituição e protecção de monopólios que prejudicam os trabalhadores e os consumidores. Temos a maioria do nosso lado.

Naturalmente, há muitos outros pontos em que há acordo completo dentro do Bloco, como a defesa do Serviço Nacional de Saúde contra a privatização. Mas é só a Moção A que propõe que a nossa política nestes dois anos do fim do mandato do governo se reforce com o desenvolvimento de um movimento popular em torno da modernização desse serviço público de saúde.

É-se mais forte na luta se temos respostas. Não ficamos à espera de “discutir e preparar” nacionalizações. Em muitos casos, a sua necessidade é tão imediata que é imediatamente percebida pela maioria das pessoas.

A INTENSIDADE DA RESPOSTA POLÍTICA, LABORAL E SOCIAL

CONTRIBUTO DE JOSÉ CASIMIRO E MARIANA AIVECA

Aprofunda ofensiva social e laboral, que este governo tem levado a cabo, pondo em causa o papel estratégico e social do Estado, o serviço nacional de saúde (SNS), a escola pública, a segurança social, o (rebaixamento do) nível de pensões e o papel da administração pública, reduzindo, extinguindo, retalhando, fundindo, privatizando e externalizando serviços públicos, leva a que hoje se viva um clima de medo e de insegurança.

Destrutura-se o trabalho, mantêm-se o modelo subalterno de baixos salários, aumentam as desigualdades e a pobreza, o desemprego (atingiu o nível mais elevado dos últimos 20 anos), o desinvestimento público e a precariedade, agravada com uma nova regulamentação do trabalho temporário e do subsídio de desemprego. Mandando às urtigas as promessas, mantêm em vigor o Código de Bagão Félix, agravado com o ataque ao direito à greve e a caducidade das convenções colectivas, *enfraquecendo a intervenção das organizações representativas dos trabalhadores*.

O PS tem estado sempre na ofensiva, na comunicação, na aposta da divisão dos trabalhadores do público-privado implantando assim o “terrorismo social”. A luta torna-se mais difícil.

A resposta política à esquerda tem vindo a ser construída pelo Bloco, através de uma agenda política prepositiva e de alternativas, para o futuro da sustentabilidade da segurança social e das pensões, na revogação do código de trabalho e, no combate ao desemprego e à precariedade, apresentando propostas para o emprego com direitos e de prioridade à formação. Um programa sustentado em “70 Propostas de Urgência para o Pleno Emprego” apresentado durante a Marcha do Emprego.

A resposta laboral tem sido dada em crescendo, os professores a 5 de Outubro, mais massificado e generalizado a 12 de Outubro e mais recentemente a 2 de Março. Mais de 130 mil pessoas estiveram na rua em protesto e luta contra as políticas neo-liberais do governo PS. A aposta deve ser a do desgaste do governo e não dos trabalhadores e pela proposta a base social de apoio do PS.

A convocação da Greve Geral para o próximo dia 30 de Maio tem que manter esse mesmo sentido. Unir o sector público ao privado e ampliar a luta à participação dos movimentos sociais, é absolutamente, essencial, isso exige trabalho e capacidade de fazer alianças, devemos nele participar com toda a determinação.

A greve geral é um momento alto da luta anti-capitalista deve por isso ser encarada com toda a responsabilidade

porque, a sua banalização não ajuda o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores, e, fragiliza a sua capacidade em futuras lutas.

Mas luta não se pode esgotar em 30 de Maio, teremos que participar na construção da resposta social para a próxima cimeira europeia, que, irá aprovar a “flexigurança” que promoverá a facilidade de “hire and fire” (contratar e despedir), em função dos picos de mercado, da competitividade e do lucro, tudo isto na antecâmara revisão do código de trabalho.

2. Nesta construção de alternativa e afirmação política, às políticas neo-liberais, lutando por uma maioria social, devemos reafirmar como “começamos de novo” “não esperando nada do PS, nem estando à espera do PCP”.

No movimento laboral a luta de todos os activistas laborais deve centrar-se na afirmação de um movimento sindical de banda larga, onde o activismo social esteja presente na luta pela inclusão e afirmação de cidadania que deverá passar pelo fortalecimento da ligação aos trabalhadores, nomeadamente aos precários e desempregados.

A intervenção dos bloquistas em rede nos movimentos sociais e laborais deve ser desenvolvida no quadro de pluralidade e democracia do movimento, afirmando aí as alternativas políticas que respondam aos grandes desafios deste início de século. Tanto nos sindicatos, participando activamente nas eleições para as direcções sindicais e delegados sindicais ao nível da empresa, como nas Comissões de Trabalhadores, como noutros movimentos sociais.

Ao longo do século XX o movimento sindical baseou toda a sua acção e poder de organização, na estabilidade dos contratos de trabalho dos assalariados, o seu enfraquecimento segue a par com a fragilização da negociação e contratação colectiva e da individualização e precarização das relações laborais.

A CGTP como principal organização social tem tido um papel fundamental na criação de mobilização política contra o governo, mas o seu “estreitamento” político e social significa um sério prejuízo para a luta dos trabalhadores e uma vantagem preciosa para o governo do PS.

A CGTP deve ser cada vez mais um espaço plural e aberto. Ao pretender o seu fechamento, usando-a como mera “correia de transmissão”, o PCP não retira lições do passado. Mantém-se “fossilizado” no seu dogmatismo político e ideológico.

O BE, superando dificuldades, impulsiona a afirmação de um sindicalismo combativo e de classe, como condição para enfrentar o social-liberalismo no campo dos direitos sociais e laborais.

GREVE GERAL, ANTES QUE SEJA TARDE!

CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GROSSO E JOÃO PASCOAL

Esta palavra de ordem encabeçou a coluna do BE na manifestação do 1º de Maio de 2007. Atrás dela manifestaram-se os militantes, sindicalistas, deputados e dirigentes do BE.

Saudamos esta posição favorável à Greve Geral de 30 de Maio e, a pouco mais de 20 dias desta data, desejamos que o BE consiga desenvolver uma acção mobilizadora para a Greve Geral. Pela nossa parte, nos sectores onde desenvolvemos actividade, nas secções sindicais, nas CT's e na Coordenadora Nacional das CT's pugnaremos por uma mobilização e apelo à unidade dos trabalhadores para o êxito da greve geral.

RUMO À GREVE GERAL, O BLOCO ESTÁ ATRASADO: UMA CLARIFICAÇÃO NECESSÁRIA

A construção de uma alternativa ao governo de Sócrates passa em primeiro lugar pelo combate à sua política e às medidas que este implementa contra os direitos das populações e dos trabalhadores. É neste marco que a união das lutas parciais numa Greve Geral nacional ganha uma nova capacidade e força.

O debate sobre a necessidade de construir uma Greve Geral contra a política do governo Sócrates começou em Outubro de 2006, já lá vão 8 meses, e teve por base a grande resposta de contestação ao governo expressa nas massivas manifestações dos Professores (a 5 de Outubro) e do conjunto dos trabalhadores, a 12 de Outubro.

Desde essa altura que os signatários deste texto apresentaram propostas para que o Bloco e os seus sindicalistas assumissem uma posição favorável à convocação de uma greve geral, como forma de luta que respondesse ao clima de mobilização existente por altura de Outubro/Novembro de 2006.

A Comissão Política do BE expressou nessa altura uma posição contrária à Greve Geral, e o seu representante no Grupo de Trabalho (no Boletim Participação nº16- Nov/Dez 2006 pág.19- não citamos porque este texto só pode ter o máximo de 5000 espaços) apresentou razões contrárias à oportunidade de greves gerais.

Desde Novembro de 2006, até ao IVº Encontro de Trabalho (1 de Abril de 2007), foram diversas as intervenções da direcção do BE contra a convocação de uma Greve Geral e no próprio Encontro de Trabalho a intervenção do coordenador do BE, polemizou com documentos apresentados por sindicalistas que hoje subscrevem a Moção C para a Vª Convenção.

No dia 17 de Abril o Conselho Nacional da CGTP decidiu a convocação de uma Greve Geral contra a política do governo Sócrates, a greve ficou marcada para dia 30 de Maio.

A 18 de Abril, sob o título "Vitor Constância insiste na Greve Geral" o coordenador do BE afirma " (...) Uma nova

greve geral exige agora um esforço ainda maior. É preciso mobilizar muitos sindicatos, muitos trabalhadores que não estão sindicalizados, muitos jovens precários e muitas e muitos que têm dúvidas sobre a eficácia deste enfrentamento. É preciso muito mais força do que a que está reunida agora, em meados de Abril. É esse trabalho que os sindicalistas do Bloco se dispõem a fazer. Decidida a greve para 30 de Maio, é indispensável contribuir para o seu sucesso. (...)"

EM MAIO: TODO O BE, COM TODAS AS FORÇAS, PELA GREVE GERAL

O Bloco ao assumir a sua posição a favor da Greve Geral, não o deve fazer nem passivamente sem programar um conjunto de acções militantes, nem acriticamente perante as decisões da CGTP (e dos seus métodos e calendários).

Mobilizar para que os trabalhadores façam greve no próximo dia 30 de Maio, exige que o Bloco e os seus militantes intervenham nas empresas e locais de trabalho e que também saiam para a rua.

Para isso é necessário que se desenvolva um clima de campanha: com a edição de uma folha do BE para apelar à Greve Geral, com a edição de um cartaz nacional a colocar em 'outdoors', e com a disponibilidade das principais figuras públicas do BE estarem em acções de agitação e de apelo à participação na greve como forma de luta contra o governo Sócrates e a sua política.

A par da nossa mobilização, devemos propôr a todos os outros sindicatos e partidos apoiantes da Greve Geral que também se esforcem para promoverem a participação da base no debate e mobilização para a greve. Só faltam três semanas e ainda não há clareza na concretização dos eixos de mobilização, falta debate público sobre os objectivos da Greve e só estão previstos Plenários de Direcções sindicais. A convocação de plenários de trabalhadores nas várias regiões é fundamental para mobilizar os trabalhadores mais activos e incorporá-los em acções de mobilização e esclarecimento pela Greve Geral.

A contribuição do Bloco para o êxito desta greve, à semelhança do que foi a participação do BE na mobilização pela greve geral de 2002, demonstrará no terreno a força da contestação que faz ao governo, do mesmo modo que o fizemos contra o governo de Durão Barroso / Bagão Felix e contra o seu código laboral.

Por uma grande campanha do BE para ajudar a mobilização contra Sócrates e a sua política.

Todos na luta, pela Greve Geral!

SOBRE A INTERVENÇÃO CONTRA A PRECARIEDADE

CONTRIBUTO DE ANTÓNIO LOUÇÃ, JORGE COSTA, RUI BELES VIEIRA, RUI BORGES, SOFIA ROQUE E TIAGO GILLOT

O BE deve continuar e levar mais longe o esforço dos últimos anos para iniciar uma intervenção entre os e as trabalhadoras precárias. Esse esforço é até aqui, principalmente, um inventário de dificuldades e de vários reveses. Estamos a falar de um terreno adverso, onde a persistência nem sempre dá frutos. De modo algum se pode imaginar que a desertificação sindical associada à precariedade automaticamente crie um vazio em que o BE só tenha de instalar-se confortavelmente. Bem pelo contrário, estamos perante uma tendência geral de perda de direitos fundamentais (como a greve) e uma sufocação da democracia nas empresas. A experiência real de quem procura agitar, mobilizar, organizar nos locais de trabalho precário é a de uma grande dificuldade em desafiar a repressão patronal e em contrariar a ideologia da competitividade que ali predomina.

Por outro lado, a experiência mostra que, mesmo os nossos êxitos mais importantes são facilmente reversíveis e quase sempre se têm perdido. Assim, a greve do *call center* CRH/EDP, em Dezembro de 2002, uma das mais importantes greves de precários de que há registo recente no país, não teve continuidade na intervenção (apesar das tentativas, com a edição de um boletim de empresa, etc), muito devido à violência das represálias sobre os activistas, em particular os que trabalharam connosco na preparação da greve. O sucesso da greve (em adesão e resultados – a conquista de contratos efectivos para centena e meia de precários) ficou como um sucesso para as pessoas ali assalariadas, mas não como ponto de partida para uma continuada intervenção do Bloco, apesar das tentativas, durante cerca de um ano, para reunir regularmente um núcleo da empresa e publicar um boletim. A inexperiência de luta e a falta de tradições de solidariedade nos sectores precarizados elementos centrais do balanço, que sublinha as dificuldades.

Para além de respondermos às oportunidades surgidas na luta de classes, temos tentado pôr de pé iniciativas de agitação e envolver activistas com responsabilidades de representação de trabalhadores precários.

Ao nível da agitação, duas iniciativas ganham relevo: i) a **petição contra a precariedade**, que recolheu 5700 assinaturas de precários. ii) a **Marcha pelo Emprego**, com múltiplas acções de rua e um programa contra a precariedade. Assinala-se ainda uma iniciativa em Lisboa, a Feira da Precariedade.

O sector do trabalho acompanhou também os activistas.

Neste aspecto, sublinham-se sucintamente as seguintes experiências: **AutoEuropa, Efacec e bancários**: a actuação de representantes eleitos dos trabalhadores, que colocaram no topo da agenda a passagem dos temporários a efectivos das empresas; **Bolseiros**: activistas do Bloco tomaram a iniciativa e ‘puxaram’ a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, os precários da ciência, para acção de destaque contra a precariedade e a “fuga de cérebros”; **Intermitentes**: activistas do Bloco estão entre os principais dinamizadores da Plataforma de trabalhadores intermitentes do espectáculo e do audiovisual, constituída de várias associações do sector, reunindo mais de 300 trabalhadores em plenário e lançando uma petição que introduziu a situação dos intermitentes no debate público; **Call-centers**: vários activistas do Bloco intervêm em plenários de precários de *call centers* em vários distritos, no quadro de responsabilidades sindicais no SINTTAV. Este sindicato é uma das organizações sociais que apoiaram a convocatória do **MayDay’2007** (2007mayday.wordpress.com), uma parada de precários, simultânea a muitas outras na Europa no 1º de Maio. Em Lisboa, juntou-se à manif da CGTP. Na origem da iniciativa encontramos muitos bloquistas (bolseiros, intermitentes, estudantes-trabalhadores, operadores de call-center).

A perspectiva internacional presente na organização do MayDay’2007 é indispensável para abordar a questão do trabalho precário, nesta ocasião e no futuro, de forma sistemática. Não só o trabalho precário se encontra inextricavelmente ligado às condições da globalização capitalista, como as experiências de luta do precariado em países como a Espanha, a Itália e outros constituem exemplos de relativo sucesso, a seguir com as necessárias adaptações na situação portuguesa.

A luta para enraizar o Bloco entre os e as precárias é, apesar das suas dificuldades, uma aposta decisiva. Não se trata apenas de participar no combate de sectores especialmente sacrificados da classe trabalhadora, o que já seria suficientemente importante. Trata-se, sim, de estar com, e em determinadas circunstâncias à frente de, sectores que prefiguram o destino cada vez mais generalizado dessa classe trabalhadora, enquanto não forem abalados os alicerces da política neo-liberal.

Nesta Convenção, a moção A é a única que avança com propostas concretas para a intervenção do Bloco sobre o tema da precariedade. Também por isso, apoiamos a moção A.

O SECTARISMO CONTRA A CGTP É CONTRA O BLOCO

CONTRIBUTO DE HUGO DIAS, MARISA MATIAS E BRUNO GAMINHA

Anossa intervenção social é a grande questão desta Convenção. Devemos responder onde temos sido mais fracos. Temos que criar ou ajudar a criar novos movimentos de precários, novos protagonismos sociais que escapem aos aparelhos tradicionais, novas formas de representação que mobilizem os trabalhadores fora das rotinas dos poderes e das burocracias. Temos que agregar gerações de trabalhadores que, da Lisnave à AutoEuropa passando pelos call-centers e pelos vigilantes, representam a classe operária de hoje.

Para isso, precisamos de programa, de política e de acção. O que dispensamos é o sectarismo, porque recusa a política e a acção. A Moção C é o sectarismo em estado puro contra a CGTP. Depois de uma descrição épica das lutas sociais dos últimos dois anos (convocadas quase sempre pela CGTP, se não erramos), a conclusão da moção é que **“a principal força do governo reside na política da CGTP”**.

Não, não é engano na leitura: é mesmo que **“a principal força do governo reside na política da CGTP”**. Acrescentam depois os camaradas que **“a CGTP, a maioria das vezes a reboque do calendário do PCP, continua a convocar grandes manifestações apenas como válvula de escape para a revolta latente no movimento popular e dos trabalhadores, controlando-a e impedindo que esta se concretize na derrota das políticas do governo”**. O Bloco deve então criticar a CGTP como **“a principal força do governo”**.

No seu Rumo Estratégico Alternativo (Abril 2006), o Ruptura já fustigara **“o partido que desmobiliza e trai constantemente as lutas operárias e sindicais. A CGTP é a sua correia de transmissão. (...) As primeiras vítimas da política do PCP são os trabalhadores”**.

Curioso, o leitor da moção C interroga-se aqui sobre as propostas do Ruptura para a luta dos trabalhadores, quando só se vê quem **“desmobiliza e trai”**. Que propõem? Ao ler a resposta, acordamos noutro filme. O Ruptura defende um convite ao PCP e à CGTP e a **“todos os socialistas que se opõem às políticas neoliberais do governo”** para uma plataforma de acção comum que **“teria como centrais as reivindicações seguintes: uma proposta alternativa para**

a Segurança Social, a revogação do Código do Trabalho, o fim de todas as medidas do governo contra a Função Pública e professores, o fim da precariedade no trabalho, a luta contra os cortes no investimento público, o fecho das urgências, das maternidades e centros de saúde e a exigência de medidas que criem mais postos de trabalho, que aumentem os salários dos trabalhadores e que reforcem os serviços e investimento públicos”.

Não pediremos as explicações que tal proposta de **“acção comum”** ficaria a dever aos trabalhadores desmobilizados e traídos. Limitamo-nos a uma questão: que há nesta plataforma que não esteja já hoje na plataforma de acção da própria CGTP? Qual o poder mágico destas consignas para que, defendidos pelo Ruptura, deixem de ter o efeito que têm com a CGTP, onde só levam à desmobilização e traição?

A Moção A recusa o sectarismo, que seria uma ajuda preciosa ao PCP no seu projecto de partidizar o movimento sindical. Ora, um sindicato de partido não é um sindicato de todos os trabalhadores. O Bloco rejeita um sindicato de partido e rejeita o sectarismo do PCP, ou qualquer outro sectarismo que o imite.

Pelo contrário, devemos ter uma participação activa, com prioridade nas estruturas mais representativas. Devemos apoiar a disputa das CTs por correntes combativas. Devemos promover a acção de trabalhadores que disputam a eleição de delegados sindicais. Devemos apoiar correntes abertas e não fechadas partidariamente que, nos sindicatos, disputem alternativas. Devemos organizar os militantes do Bloco nos sectores sociais onde contribuam para a definição de políticas – nas empresas da energia, do automóvel, das telecomunicações, dos transportes, da vigilância, da saúde, no ensino, ou onde criarmos a massa crítica necessária para elaborar propostas, apresentar políticas e defender alternativas. Defendemos posições diferentes das do PCP sobre a forma e o momento de convocar a greve geral, e achamos que temos razão: uma greve mais participada e mais forte exige mais unidade e mais estratégia. Exige uma política própria que represente a melhor condição para a luta. Só um movimento popular que rejeita o sectarismo pode vencer o sectarismo.

TODA A CIDADANIA, SÓ COM DIREITO DE VOTO

CONTRIBUTO DE JOSÉ FALCÃO E MAMADOU BA

O Bloco deu, quer pela sua intervenção parlamentar, quer pela militância dos seus activistas em diversas frentes em torno da imigração, uma relevância política da sua abordagem, obrigando a um confronto ideológico diferenciador entre as opções mercantilizantes defendidas pela direita e pelo social-liberalismo e o compromisso político que deve ser firmemente assumido por uma esquerda socialista de luta pela liberdade de circulação e de instalação, pela igualdade de direitos e contra o racismo.

Face a demagogia e o populismo xenófobo e racista, os partidos do arco do poder (PS, PSD, CDS) limitaram-se à recuperação e à apropriação do discurso e das ideias da Extrema-direita como receita para a acção política, fazendo da instrumentalização do medo um dos meios eleitoralistas para a conquista do poder, mas também e sobretudo servindo-se desta ideologia como instrumento de consolidação política da Europa-fortaleza, com base no securitarismo, na criminalização da imigração, na externalização e militarização das fronteiras com a criação de dispositivos militar-policiais repressivos, na chantagem aos países subdesenvolvidos e na pilhagem dos seus cérebros sustentada por uma política selectiva dos candidatos à imigração. Tudo isto sob à capa da *cooperação para o desenvolvimento*.

A política de imigração vigente inscreve-se na lógica do sistema neoliberal, revelando com maior acuidade a sua natureza predadora, onde confluem fenómenos estruturais muito agudos que afectam também os cidadãos estrangeiros, como sejam o desemprego, a precarização laboral, o agravamento da segregação urbana, o agravamento das assimetrias sociais, o insucesso e abandono escolares, o empobrecimento crescente, as múltiplas discriminações, institucional, social, profissional e cultural, o racismo ordinário etc.

As sucessivas iniciativas legislativas sobre a imigração têm agudizado a precarização laboral e jurídica dos imigrantes e o modelo político em que assenta a política de inclusão cidadã tem oscilado entre dois vectores identitários essenciais: a nacionalidade jurídica e a condição socioprofissional, ou seja a política aliada à economia servem para legitimar a exclusão e a exploração.

Também estes primeiros meses do ano vieram lembrar-nos que se continua, nos dias de hoje a se segregar de forma explícita e consensual para a maioria do poder político (especialmente autárquico), a população cigana, tratada como bode expiatório para muitos dos problemas. Com os piores

indicadores sociais e educacionais no país esta população é muitas vezes varrida para longe do centro das cidades, colocada atrás de muros ou em bairros de realojamento sem condições. As autoridades portuguesas são apontadas nos relatórios de Direitos Humanos como tendo um “comportamento discriminatório impróprio de uma democracia” (ECRI, 2007), porque olham de lado a uma situação que extravassa todos os limites do respeito pelos Direitos Humanos.

A nossa resposta foi, como era de esperar, além de combater as políticas governamentais, apresentar alternativas tanto a nível legislativo como a nível da nossa orientação e do nosso programa político em geral. A *Marcha pelo Emprego* foi um exemplo ilustrativo deste compromisso político que consiste em tratar os imigrantes como sendo parte integrante da sociedade e cujas lutas integram a luta de todos quantos sofrem na pele as consequências da política neoliberal. Porém, este nosso compromisso não nos pode distrair face ao perigo que constituiu a Extrema-direita assumindo-se como alternativa política perante o fracasso da Direita e do social liberalismo.

A vontade política do directório de Bruxelas em institucionalizar o projecto neoliberal da Europa fortaleza excluindo os mais de 20 milhões de cidadãos imigrantes da cidadania europeia, a rendição do social-liberalismo e a ameaça da Extrema-direita, são motivos mais de que suficientes para nos mobilizarmos para o confronto político com um maior grau de exigência. O que nos compromete desde já a colocar a luta política por onde ela é porventura mais difícil, mas por onde, cada vez mais do que nunca, ela faz todo o sentido: **os direitos políticos**.

É evidente que o direito de voto, em abstracto não acaba com o racismo, com as desigualdades sociais e políticas e muito menos com a questão da luta de classes, como o direito ao aborto para as mulheres ou à adopção e/ou ao casamento para as comunidades LGBT, não acabarão com a questão do machismo e da homofobia, mas representam uma conquista importante.

Porém, apesar de não abdicar de lutar pela **regularização de todos os imigrantes e contra todas formas de discriminação contra a comunidade cigana**, teremos de apostar no **direito de voto** que permitirá entre muitas outras coisas, por exemplo, esboçar um confronto político na gestão do espaço urbano e da diversidade cultural para combater a exclusão social e política a que muitos cidadãos imigrantes estão vetados pelas políticas neoliberais.

POR UM RUMO PARTICIPADO

CONTRIBUTO DE PAULO MARTINS

Os órgãos eleitos do Bloco tem sucessivamente empregue a estratégia da fuga em frente; têm fugido aos problemas internos impondo o objectivo de cada discussão sempre lá, no horizonte, na batalha política mais ou menos premente. Tudo o resto se subjugava à agenda, ditada, do momento.

Os aderentes são chamados à discussão quase só na altura das convenções. As posições do Bloco escorrem rapidamente para os media, lugar fugaz, onde a posteriori alguns aderentes têm acesso a elas mas a maioria dos aderentes fica sempre de fora. De fora desde logo da discussão e muitas das vezes até da própria informação.

Nunca até hoje as Mesas Nacionais tiveram a coragem de fazer do Bloco um partido participado, agregador e dinâmico com as graves consequências para a passagem das nossas ideias sobre a sociedade para a mesma.

A discussão que se produz, nos Comitês Centrais ou em círculos mais ou menos fechados, não seria um problema se daí não decorresse o deserto ao largo. Devido à dimensão do BE, e a muitos dos militantes acumularem vários cargos em várias estruturas internas, todos estes acabam com a sensação de que tudo tem sido discutido por toda a gente - queríamos crer nisto.

A verdade é que a perspectiva de muitos camaradas não é este partido cada vez mais fechado; mesmo o desejo de participação que moveu muitos até nós e a imagem de abertura, que foi em tempos marca do Bloco de Esquerda, desdirão a concepção vigente.

Declarar, consecutivamente, a abertura não é por si só consequente. Declarar a abertura replicando esquemas do passado ou não é sério, ou é demagógico ou revela a inocência dos ignorantes. Declarar a abertura implica uma pró-actividade permanente para a sua consecução.

Ao mesmo tempo é de uma incoerência gravíssima quando a nossa militância e o nosso ideário propala esta mesma necessidade de abertura e de participação, para a sociedade e as suas instituições, e, internamente, ocorre o contrário.

As representações que a sociedade nos transmite não são já - se alguma vez o foram - de protesto. Já passámos por batalhas difíceis e fracturantes na sociedade: quase 400 000 cidadãos e cidadãs chegaram a votar no BE. Como é possível que continuemos a viver internamente dos mesmos números? Grande parte da resposta reside na simples constatação que é feita por quem nestes oito anos chega e vê que, para lá da face, da postura e do ideário, os esquemas são só mais do mesmo. Pouco depois parte.

A contrário do que propalamos: continuamos a pensar globalmente e a só agir globalmente. Foi-nos transmitido o mandato de participação em muitos órgãos autárquicos deste país, mas esse mandato será incumprido, assim continue o panorama existente.

Esta nova realidade não é um erro como muitos querem fazer crer, é isso sim uma oportunidade, com carácter instrumental, para a passagem da mensagem do Bloco; para a desconstrução das inconsistências, erros e crimes, dos mesmos protagonistas de sempre, em instancias diferentes. Esta é a oportunidade de agir localmente com o global no pensamento.

Esta é a oportunidade para se discutir de forma agregada e com conhecimento sedimentado o que deve ser o ordenamento do território metropolitano. Esta é a oportunidade de passar para o terreno as políticas nacionais do BE, com a actualidade devida e a coordenação exigível à consequência efectiva. Esta é a oportunidade de discutir assuntos comuns de duas freguesias contíguas de dois concelhos diferentes, onde temos eleitos autárquicos mas que não se conhecem um ao outro.

Transportar para o Bloco como tem sido a prática nestes oito anos a Democracia Representativa, aquela que exercemos de quatro em quatro anos ou de dois em dois, é desvirtuar a nossa génese e o nosso sonho.

O sonho de um movimento aberto e vinculado a um conjunto de propostas perfeitamente delineadas foi um dos princípios agregadores e de crescimento do partido e não só uma estratégia de marketing político externo. Não foi a vontade de uns quantos, a anuência de outros ou um qualquer fenómeno mediático que construíram o partido, mas as ideias e as propostas de trabalho diferentes da realidade existente na altura.

Um rumo participado constrói-se interna e externamente. Revalidar o contrato inicial com todos os instrumentos e saberes até agora acumulados é o único caminho e este terá de incluir todas e todos os aderentes. É preciso “começar de novo, todos os dias” com o que a expressão tem de revolucionário.

É necessário e inadiável para continuar o caminho:

- O incremento das discussões sobre as políticas e o calendário político do BE em foras regionais com a periodicidade de 4 por ano de modo a permitir a recolha da sensibilidade dos aderentes por parte da Mesa Nacional permitirá uma efectiva programação do trabalho local e da passagem das políticas nacionais para o terreno.
- A criação de um fórum digital com pelo menos todos os

BANCÁRIOS APOIAM MOÇÃO A

CONTRIBUTO DE ANTÓNIO RESENDE, CARLOS LOURENÇO, CARLOS SOUSA, EDUARDA MONTEIRO, FERNANDO QUADROS, LUÍS GUERREIRO, LUÍS PERES. MARIA CUSTÓDIA RODRIGUES, MÁRIO MONIZ, MIGUEL CABRAL E ROBERTO SOUSA

A situação dos trabalhadores da banca merece a nossa preocupação. Tal como noutros sectores a precariedade tem vindo a crescer, as horas extraordinárias de trabalho não pagas significam dinheiro tirado aos trabalhadores e impedem a contratação de novos funcionários. Os lucros dos bancos batem recordes, todos os anos, mas os aumentos salariais são exíguos. O sistema de saúde começa a estar sob fogo.

A política deste governo merece-nos oposição. Ela tem sido amparada por direcções sindicais reformistas e conciliadoras. A resposta do PCP não é a melhor, na política ataca o governo mas também a esquerda. No sindicalismo divide – como faz nos bancários.

Discordamos da posição da moção C “*Todos na luta, em todas as lutas!*”. Entre outras coisas porque defende “*a apresentação pública ao PCP de propostas de unidade de acção permanente...*”.

A linha política, fundadora do Bloco, que “*já não espera nada do PS e não fica à espera do PCP*” está correcta no combate da esquerda. É a política que tem feito crescer o Bloco e afirmá-lo como alternativa.

Assim, damos o nosso apoio à moção A “*A esquerda socialista como alternativa ao governo Sócrates*” cujo primeiro subscritor é Francisco Louçã.

➔ militantes do BE com responsabilidades autárquicas que sirva de troca de experiências e permita a criação de um repositório das intervenções e matéria crítica sobre as matérias em que intervimos localmente.

- A criação de um jornal audiovisual diário baseado na Internet com a perspectiva alargada do Bloco sobre os assuntos que queremos discutir ou que passam pela sociedade - uma contra-informação à contra-informação dos Serviços Noticiosos e que leva a uma percepção errada da intervenção do partido.

- A reformulação da Coordenadora Distrital de Lisboa com a implementação da inerência de 1 ou 2 representantes das coordenadoras concelhias a par da eleição política existente. A efectiva existência de um calendário e uma programação do trabalho político a nível metropolitano.

- A Mesa Nacional deve contar com a presença por inerência de 1 representante de cada distrital a par da sua componente eleita.

- A criação de um fórum digital de participação dos aderentes nas discussões da agenda do grupo parlamentar e dos diplomas por nós apresentados ou agendados por outros.

- A clara assunção de que a política se faz não só a nível nacional mas igualmente a nível local de forma coordenada e sistematizada sobre os assuntos que afectam na proximidade as pessoas (mas muitas das vezes perpassam por toda a sociedade) e que para isso é necessário haver mecanismos e meios de implementação dessa acção.

São estas as propostas que respondem de alguma maneira à criação de condições para um BE mais activo, mais organizado e com melhor acção política na luta contra o desgoverno dos vários governos deste país.

UM EQUÍVOCO

CONTRIBUTO DE MANUELA TAVARES

Um equívoco. É o mínimo que se pode chamar à posição da Moção C face ao referendo. Para que Sócrates não “branqueasse a sua política neoliberal” através do referendo só nos restava, decerto, uma solução: primeiro derrotar o governo e depois fazer o referendo. Creio que esta será a única conclusão que, não estando explícita no texto da Moção C, está implícita nas ideias apresentadas.

Só que o tempo de espera era demasiado: 30 anos. A canga de minoridade que pendia sobre as mulheres era demasiado pesada. Era preciso derrotar o conservadorismo e a direita nas urnas em nome de lutas futuras.

A política não se faz em linha recta, nem com lápis e esquadro. A política que se quer é a que muda. É a que mobiliza milhares de pessoas em torno de causas. E foi isso que aconteceu no referendo. E, por isso, a moção A retira conclusões dessa experiência: “A afirmação de movimentos sociais com autonomia (...) é estratégica para a existência de uma esquerda social”.¹ O entrelaçamento destas esquerdas sociais com as esquerdas políticas é outra questão decisiva.

É preciso também afirmar claramente que o BE teve uma grande vitória com este referendo. Claro que, “em primeiro lugar a vitória do SIM no referendo foi uma importante conquista das mulheres”,² como afirma a Moção C. A prová-lo está todo um trajecto histórico que me escuso a desenvolver, mas que teve como arranque pioneiro a acção dos primeiros grupos feministas em Portugal. Contudo, o feminismo fez alianças: políticas, sociais e culturais. E, na matriz histórica do Bloco estão os grupos políticos com quem se fez algumas dessas alianças. Por isso, o BE foi coerente ao traçar uma política para que o SIM ganhasse, ao contrário do PCP que não teve rasgo político e que fez a tal política com “lápis e esquadro”, muito, muito cautelosa, mas perfeitamente suicida e iníqua.

Ainda, reportando-me à Moção C. O referendo não causou “trégua social”. A prová-lo está a maior manifestação contra o governo PS que ocorreu dias depois do referendo. O “sucesso” de Sócrates nas sondagens tem que ser explicado de outra forma: o seu avanço no campo da ideologia. Não basta, nes-

tes tempos de grande ofensiva do neoliberalismo, colocar-se alguns milhares de pessoas na rua. Porque, outros milhares ficam em casa, presos a um conjunto de ideias propagandeadas pelo governo: “os sacrifícios têm de ser feitos, em nome da modernização e do futuro, para salvar o essencial”. Bem sabemos que eles estão a destruir o futuro: os serviços sociais, a dignidade de quem trabalha, a segurança social. Mas é a mensagem do governo que acaba por ter eco em largos sectores cujo único alimento ideológico é uma comunicação social cada vez mais tutelada pelo próprio governo. Por isso, a nossa luta tem de ter uma vertente ideológica muito forte combinada com a intervenção política e social.

Por último, gostaria de me referir a uma proposta apresentada pela Moção C: a constituição de núcleos de mulheres bloquistas nas diversas estruturas do bloco.³ Esta é uma forma ultrapassada de afirmar os direitos das mulheres por parte de um partido político. Não me parece que o BE tivesse a ganhar com a existência de uma estrutura organizada de mulheres dentro do próprio partido, como acontece com o PS.

Num partido voltado para a modernidade, as mulheres afirmam-se intervindo em diversas áreas políticas, afirmando a sua perspectiva feminista e lutando contra as concepções sexistas, que ainda enfermam as organizações políticas. As activistas bloquistas podem ter intervenção nos mais diversos movimentos sociais e no próprio movimento feminista, defendendo as concepções de um feminismo de esquerda, coerente, comprometido socialmente e desmontando muitos dos artificios governamentais que falam de Igualdade sem a concretizar. Hoje, a luta contra as enormes discriminações de que as mulheres trabalhadoras e outras são alvo tem de ter as suas alianças alargadas, afirmando um campo de luta, que o referendo ajudou a abrir: o feminismo como uma corrente plural de pensamento e acção.

NOTAS:

¹ Debates, 1, p. 29.

² Debates 1, p. 55.

³ Debates 1, p. 56

ALTERAÇÃO DA LEI DO ABORTO: UMA VITÓRIA DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA

CONTRIBUTO DE ANDREA PENICHE E DINA NUNES

O referendo sobre a IVG significou uma vitória da democracia e da cidadania e veio alterar profundamente a representação simbólica das mulheres e a vivência quotidiana dos seus direitos.

1. UM LONGO CAMINHO: AS ESCOLHAS QUE FIZEMOS

O documento fundador do BE afirmou as batalhas políticas e sociais que traváramos. Da batalha contra o conservadorismo fez parte, evidentemente, a luta pela igualdade entre homens e mulheres e a urgência da alteração da lei do aborto, que acantonava as mulheres no campo da maternidade como telos feminino.

Neste caminho, o BE esteve onde devia: na luta pela alteração da lei, na afirmação da maternidade como escolha e da sexualidade como direito. Corremos por dentro: propusemos leis sobre IVG e reprodução medicamente assistida e votámos favoravelmente as propostas que fossem nesse sentido. Corremos por fora: fomos activistas das lutas da cidadania no apoio às mulheres julgadas, na *Petição por um Novo Referendo*, onde fomos mandatárias/os e ajudámos a recolher as 120 mil assinaturas que, não tendo conseguido convocar o novo Referendo, mostraram que uma nova maioria social estava a emergir.

O programa político que apresentamos nas Legislativas de 2005 propôs a alteração da lei, assumindo-a como urgência política e social; as teses políticas aprovadas na IV Convenção comprometeram-nos com a *organização de campanhas políticas que marquem a identidade e a capacidade de diálogo do Bloco, nomeadamente nos referendos sobre o aborto (...)*.

2. FEVEREIRO DE 2007: UMA CAMPANHA VENCEDORA

O BE partiu para o Referendo com uma estratégia clara: ajudar a criar uma maioria social capaz de vencer o conservadorismo. O entendimento de que deveríamos correr por dois caminhos revelou-se acertado: uma campanha enquanto partido, que ajudou a mobilizar o eleitorado que se reconhece nas nossas propostas políticas, e uma campanha unitária que ajudou a criar novos protagonismos e novas respostas capazes de mobilizar outros sectores sociais.

Tivemos uma campanha própria e participamos, enquanto activistas sociais, na criação e dinamização dos 4 movimentos unitários.

A estratégia do BE revelou-se vencedora. Fomos quem primeiro lançou a campanha na sociedade com o outdoor *Para acabar com a humilhação*. Percorremos o país privilegiando as regiões onde o Não tinha sido vencedor em 1998, na certeza que do desequilíbrio que ajudássemos a criar nasceria a vitória do SIM. O eixo da nossa campanha incidiu sobre a criminalização das mulheres e na resposta à pergunta que era colocada. A denúncia dos julgamentos e da humilhação das mulheres foram os argumentos correctos e decisivos para vencer.

As mulheres apareceram na nossa campanha como vítimas de uma lei absurda e o respeito pelas suas escolhas reprodutivas como centrais na afirmação da justiça social. Este posi-

cionamento marcou a viragem no discurso sobre o aborto e as mulheres que a ele recorrem. As mulheres emergiram como vítimas, mas como vítimas de uma lei injusta. Ao mesmo tempo, emergiram como sujeitos sociais informados, capazes de fazer escolhas difíceis e morais e construir a sua cidadania. A vitória do SIM significa mais do que a alteração da lei, significa a emergência e o reconhecimento social das mulheres como cidadãs autónomas e responsáveis pelas suas escolhas.

A convergência das esquerdas revelou-se também uma escolha acertada, no sentido em que foi capaz de envolver sectores sociais de diferentes matrizes políticas, indispensáveis para reforçar o campo do SIM e enfraquecer o conservadorismo do Não. A perspectiva do BE foi a da unidade e convergência em torno do SIM, na certeza que da diversidade das razões para votar SIM se disputaria e forjaria a vitória. A escolha contrária seria a escolha do sectarismo. Essa foi, aliás, a escolha do PCP. O Bloco resistiu - e bem - a essa tentação escolhendo, ao invés, travar uma batalha civilizacional ao lado de todos os sectores que se mobilizaram pela alteração legislativa, contribuindo para a convergência de uma esquerda política com uma esquerda social, favorecendo a emergência das agendas dos movimentos sociais, diversificando o discurso em torno do SIM e dificultando a resposta do lado do Não.

3. A LEI: NOVA VITÓRIA

A negociação dos termos da lei foi a batalha seguinte e marcou um novo confronto com o conservadorismo. A disputa que a direita fez pela obrigatoriedade de consultas de aconselhamento pretendia fazer recuar e mitigar as conquistas do Referendo.

O BE esteve do lado certo. As consultas obrigatórias apenas serviriam para empatar uma decisão tomada e, mais grave, continuariam a reconhecer as mulheres como seres humanos de moralidade débil, isto é, a reconhecer a decisão das mulheres como carente de responsabilidade, que reclama tutela de terceiros.

4. O FUTURO: O FEMINISMO COMO MATRIZ BLOQUISTA

É fundamental travar a batalha para que o aborto seja realizado no Serviço Nacional de Saúde pois só desta forma é garantida a igualdade de acesso de todas as mulheres, independentemente da sua capacidade económica. Combater o estigma, recusando a maternidade como outorgadora de identidade, é outra das batalhas que temos pela frente.

O feminismo no BE precisa de continuar a afirmar-se. O género, como categoria de análise da realidade social, ainda não é um adquirido por todos/as os/as bloquistas. Travar essa batalha, perceber que não há igualdade nem justiça se ela não incluir todos e todas é um esforço que nos deve ser exigido. Sem este esforço, a nossa análise e as nossas propostas sairão truncadas.

As mulheres não podem nem devem ser tratadas como uma minoria social, porque não o são. Os direitos das mulheres são direitos humanos e uma organização política como o BE deve reflecti-los em todas as suas análises e propostas.

DELEGADO, EU? ... COM ESTE REGIMENTO, NÃO, OBRIGADO!

CONTRIBUTO DE F.N.BERNARDES-SILVA

Tendo em conta que, não obstante já ter sido aprovado pela Mesa Nacional, o Regimento da n/ V Convenção ainda tem de ser votado logo após a “locação de abertura”, ponho a hipótese (académica?) de ainda valer a pena (já que a m/ alma não é pequena) dar a m/ opinião escrita **CONTRA** uma das regras que (como as restantes, claro) vai ser submetida a escrutínio dos Delegados.

Antes de entrar no âmago do assunto, permitam-me que esclareça que sou daqueles “esquisitos” que entendem que não deveria ser obrigatório que os candidatos a Delegados só o pudessem ser desde que associados a uma Moção de Orientação ou a uma plataforma publicada. Mas deixo de lado esta m/ “esquisitice”, uma vez que tal prática já foi introduzida em anterior Convenção.

A m/ frontal e absoluta discordância vai para o Ponto (ou Artigo?) 15 da Proposta de Regimento que nos é apresentada!

Na verdade, e ressalvada mais douta opinião, tal “sistema” de discussão só poderá ser considerado democrático se se considerar que:

1º Cada um dos Delegados leu **INTEGRALMENTE** todas as Moções de Orientação – o que creio todos sabermos ser uma falácia;

2º A quantidade de subscritores numa Moção é sinal inequívoco da pertinência da mesma;

3º Como tal, a(s) que reuniu(ram) maior quantidade de subscritores será(ão) necessariamente aquela(s) que mais deve(m) ser defendida(s) para tentar que todos os Delegados a ela(s) adiram.

Ora este raciocínio implica, no mínimo, o não ter em conta a realidade do país em que vivemos; isto é, para começar, esquecer que o contacto entre as pessoas é quase infinitamente mais fácil nas Regiões Metropolitanas que no resto do País e que; talvez por força desta mesma facilidade, a quantidade de Aderentes em tais Regiões será sempre superior ao de outras áreas onde o BE está implantado. (Em abono desta afirmação, repare-se que são da Região de Lisboa e Vale do Tejo 103 dos 210 subscritores da Moção A - praticamente 50% do total.)

Mas o que este raciocínio não poderá implicar, sob pena de petulância, é que a **QUANTIDADE** constitui garantia absoluta de **QUALIDADE** absoluta.

“Adivinho” o argumento dos criadores/defensores do mencionado Ponto (ou Art.?) 15: é este o “processo de repartição dos tempos” em todas as assembleias onde se pratica tal modo de repartição de tempos de intervenção; recorrendo eles certamente ao “exemplo maior” da Assembleia da República. Mas trata-se dum argumento capcioso, pois esquece uma fundamental diferença entre tais assembleias e a n/ Convenção, a saber: enquanto que aquelas são assembleias de eleitos a n/ Convenção é uma assembleia de eleitores!

Haverá também um outro argumento, classificado como de natureza prática: a história das n/s Convenções mostra que, no “1º segundo” em que é aberto o período de debate das Moções, “caem” na Mesa dezenas de inscrições, tantas que inviabilizam o exercício do contraditório durante o tempo previsto para debate. Este argumento, sim, tem de ser tomado em consideração, uma vez que, por tradição, as n/s Convenções não se prolongam para além da hora considerada normal/legal para término de reuniões publicitadas.

Qual, então, o “processo” alternativo ao que vai ser votado (e aprovado, é bem de ver)? Passo a sugerir um, com a convicção de que não será certamente o único viável.

Dado ser obrigatório, no acto de inscrição para debate, a indicação da Moção/plataforma a que cada um se associou, e, por outro lado, considerando que apenas as Moções de Orientação validadas de acordo com o estabelecido no Ponto 20, a Mesa anunciaria, antes de iniciado o debate, quantas e quais se encontravam validadas e **DIVIDIRIA METADE** (por exemplo) **DO TEMPO DISPONÍVEL EM TEMPOS IGUAIS PARA CADA UMA DELAS**, cabendo aos respectivos subscritores decidir entre si quem faria uso de tal tempo. (Claro que seria dada liberdade à cedência de tempos entre as diversas Moções validadas, por entendimento entre os respectivos Representantes na COC, entendimento necessariamente comunicado à Mesa.)

Ao **TEMPO SOBRANTE** seria descontado o que a Mesa entendesse necessário para as intervenções de conclusão de debate, segundo o previsto no Ponto 14; **O TEMPO QUE, FINALMENTE, RESTASSE** seria de utilização livre pelos Delegados que o pretendessem e que ainda não tivessem intervindo.

Se o Regimento previsse este “processo” para o debate das Moções/plataformas (ou outra, eventualmente ainda mais abrangente e menos “difícil” de gerir) então, sim, eu teria todo o gosto em me propor ou aceitar que me propusessem para Delegado! Porque tinha a real convicção de que iria participar (eventualmente, sem sequer usar da palavra...) numa Convenção completamente abrangente, efectivamente aberta a todas as manifestações de opinião - independentemente da adesão que tivessem merecido **DURANTE A PREPARAÇÃO DA CONVENÇÃO**.

Serei louco, ou utópico, ou qualquer coisa do estilo, por defender que **AINDA É VIÁVEL** que se pratiquem os princípios declarados quando quisemos “**Começar de Novo**”? Mais uma razão para não querer ser Delegado: os de tal estilo não fazem falta numa Convenção **PRAGMÁTICA**!

QUE TUDO CORRA PELO MELHOR!!!

DEMOCRACIA PROPORCIONAL NO BLOCO, NÃO. APENAS, DEMOCRACIA.

CONTRIBUTO DE ISABEL FARIA

Vi, com algum espanto e muita mágoa, a proposta de Regimento para a próxima Convenção.

Com espanto, porque não imaginava que no Bloco se tivesse tanto medo da discussão livre, aberta e democrática. Com mágoa, porque não imaginava que algum dia trouxesse para dentro de casa, desta forma acrítica e conservadora, os mecanismos do Parlamento burguês, onde, creio, todos estamos por opção, mas sem ilusões.

O Ponto 15 da proposta é um atentado ao Bloco que criámos. Que queremos. É um atentado aos sonhos de criar uma Sociedade nova, socialista, democrática e revolucionária. E é um atentado a esses sonhos, porque deles abdicamos aqui. Em nossa casa. No órgão máximo do Partido. No lugar onde eles são possíveis. E imprescindíveis. Como podemos dizer que os defendemos, lá fora, se os enterramos, cá dentro?

Fazer depender do número de delegados eleitos por cada Moção, o número de intervenções na Convenção, é aceitar a lógica burguesa de que o BE tem menos tempo de intervenção no Parlamento do que o PSD e o PSD do que o PS... essa é uma lógica que aceitamos, contrariados, ou estou enganada e passou a ser a nossa lógica?

Fazer depender as intervenções do número de delegados por cada moção, é partir do princípio que a Convenção é desnecessária. É retirar-lhe o seu poder soberano. Já para lá se vai com tudo decidido. E a pergunta é, então para que se vai? Para quê perder tempo e dinheiro? Para mostrar cá para fora? Para cumprir a Lei dos Partidos? Não seria, então, de pensar já em Junho, na próxima Convenção, se não a deveríamos fazer de quatro em quatro anos, conforme imperativo legal?

Se um delegado tiver sido eleito por uma moção e, depois de ouvir atentamente os outros delegados, decidir alterar a sua posição, o seu tempo é “descontado” a quem? À moção porque foi eleito delegado ou à que, entretanto, decidiu defender? Ou é impedido de falar porque não “encaixa”? Ou tira-se à sorte?

Camaradas, eu sei que este tom não é muito “político”. Já fui acusada disso noutras ocasiões. Nada a fazer. Para mim, a questão da democracia interna num partido de Esquerda, ultrapassa em muito o “político”. É visceral. E é afectiva. Genética.

Convido-vos a dar uma vista de olhos pelos Congressos de outro Partidos. Dêem, até, uma vista de olhos pelos do PCP. Claro que não há moções alternativas. Todos o sabemos e por isso nenhum de nós, creio, pensa lá voltar ou lá entrar.

Há, no entanto, uma diferença. No PCP, o Regimento do Congresso discute-se no Congresso. Todos sabemos que, provavelmente, será aceite por unanimidade, não sabemos? Claro que sim. Mas na ordem de trabalhos, o 1º ponto é “Apresentação, discussão e votação do regimento do Congresso”.

É por sabermos que, no nosso Partido, será discutido que abdicamos da “discussão”, na Convenção? E que temos 10 minutos para “apresentar e votar”?

Dir-me-ão que é conforme os Estatutos, o não haver

discussão do Regimento na Convenção. E perguntar-me-ão porque há dois anos não tentei alterar os estatutos. Há dois anos o ponto correspondente do Regimento não falava em proporcionalidade.

Talvez, tal como o tom, também a minha visão seja muito pouca política. Da parte que me toca nunca imaginei que algum dia viesse a escrever estas linhas dentro do Bloco, quanto mais que sentisse necessidade de propor a alteração dos Estatutos para salvaguardar a democracia interna. Mas é essa necessidade que sinto. Neste e noutros pontos que não vêm agora ao caso mas que me parecem afectar igualmente o funcionamento democrático do Bloco que eu conheci e que está, à pressa, a ser alterado. E tudo isto por receio que surjam moções alternativas credíveis? Ou porque nos institucionalizámos tanto que já achamos normais os tiques da Democracia burguesa que nos propomos combater?

De qualquer forma, não encontro nos Estatutos nenhum lugar onde se imponha a proporcionalidade das intervenções ao número de delegados eleitos. Nem nos congressos de outros Partidos. Nem nos Congressos das centrais sindicais. Só no Parlamento, mesmo. Creio que gostaria que escolhêssemos melhor os exemplos que seguimos.

Tem-me sido justificada esta opção pela correria que me dizem ter havido na última Convenção, aquando da abertura das inscrições. Sinceramente não me recordo de tal correria. Recordo que um camarada, que estava ao meu lado, se inscreveu, sem necessidade de maratonas, quando entendeu e que usou da palavra, na sua vez. Mas não estava na mesa e posso estar equivocada.

Onde não me parece que possa haver equívocos é na nossa recusa em abdicar de princípios em nome de evitar possíveis confusões. Coarctar a Democracia porque a Democracia dá trabalho não é opção num Partido de Esquerda.

PS: Esta carta foi enviada à Mesa Nacional do dia 5 de Abril.

Entretanto, o Regimento aprovado contempla algumas alterações à proposta inicial, introduzindo no Ponto 15, a alínea b – “**Nenhuma moção poderá ter mais do que dois terços do tempo disponível para debate.**”

No entanto, para mim, as questões essenciais não foram alteradas: os Estatutos do Partido não falam em “Democracia Proporcional”; a essência do nosso Partido garante a liberdade individual de cada aderente, fora e dentro da Convenção; o Bloco quer criar uma sociedade nova, socialista, livre, democrática e revolucionária. E para isso não pode abdicar de ser um Partido novo, socialista, livre, democrático e revolucionário; o Bloco tem que tratar os seus aderentes como pessoas de bem e não olhá-los com desconfiança, como crianças ou adultos irresponsáveis a quem se tem que “impôr” regras de convivência democrática, para saberem viver em Democracia e em Liberdade; este raciocínio de minoridade intelectual e democrática não é aceitável num Partido de Esquerda. Muito menos no nosso Partido de Esquerda.

O BLOCO NA PRIMEIRA LINHA DOS CONFLITOS SOCIAIS

CONTRIBUTO DE SADIK HABIB

CENA 1:

Outubro de 2005. Na continuidade da luta contra a privatização de uma companhia marítima francesa, a equipagem corsa amotina-se tomando o controlo de um navio e desviando-o rumo a Bastia, onde 500 militantes do Sindicato dos Trabalhadores Corsos travam uma batalha de rua com as forças policiais. Pouco depois forças da unidade de elite da *gendarmarie* assalta o navio para o retirar do controlo dos trabalhadores em rebelião.

CENA 2:

Durante uma semana inteira, no início de Março [de 2007], os defensores de uma Casa da Juventude, a Ungdomshuet, lugar simbólico da contracultura europeia vendida pelo novo executivo municipal, resistiram e entregaram-se a uma verdadeira guerrilha contra as forças policiais. Por seu turno, as autoridades dinamarquesas não hesitaram em apelar a especialistas policiais de outros países da Europa, que acorreram de bom agrado para observar um modelo de repressão contra qualquer futuro motim urbano.¹

CENA 3:

No dia 25 de Abril de 2007, 33º aniversário da Revolução que depôs o fascismo, algumas centenas de pessoas participam em Lisboa numa manifestação anti-autoritária e anti-fascista, pretendendo protestar contra a reemergência na cena pública da extrema-direita, contra o aumento do desemprego e da precariedade social. Após o seu término no Largo de Camões, um grupo de manifestantes desce a Rua Garrett, onde acabam por ser cercados por batalhões da polícia de choque que os espancam brutalmente e sem qualquer justificação. Doze pessoas foram presas e destas algumas agredidas já depois de detidas.

*

Os tempos que correm têm-se revelado pródigos na demonstração de elementos sintomáticos para percebermos os tempos que aí vêm. A manutenção da existência das classes dominantes e do sistema imperialista numa época de capitalismo tardio e decadente tem vindo a revelar claramente a sua incompatibilidade com a manutenção dos direitos e das condições de vida conquistadas ao longo da segunda metade do século XX. A fragilidade da saúde dos mercados financeiros exige a progressiva canibalização mercantil de todos os domínios da existência social; implica o aumento do custo de vida, assim como o crescimento das taxas de desemprego, por um lado, e dos empregos precários, por outro; depende da existência de uma força de trabalho que arque com tudo isto e ainda assim seja dócil, bem-comportada, com iniciativa e espírito competitivo. Mas a saúde dos mercados financeiros, logo do

capitalismo, depende igual e fundamentalmente da capacidade dos E.U.A de assegurarem a permanência da sua posição de principal potência económica e militar, duas dimensões indissociáveis. Os investimentos crescentes nas forças repressivas militares e policiais cumprem então uma função que é cada vez menos apenas dissuasora, e cada vez mais activa, ao serviço do controlo dos recursos naturais básicos e da submissão dos povos e dos trabalhadores do mundo.

Mas por muito forte e sólida que seja a dominação, a resistência não consegue nunca ser aniquilada. Da luta anti-imperialista e anti-sionista no Médio Oriente, aos motins da juventude dos subúrbios franceses e à luta dos estudantes gregos contra a privatização da educação, passando pelos diversos combates da classe trabalhadora, irrompe sob as mais diversas formas a mesma rebelião. E quando resistir e protestar deixa de ser uma opção para ser uma necessidade, a resposta, rápida e pronta, na forma de bombas, balas e bastões, torna-se recorrente.

Os conflitos que temos observado são apenas uma pequena amostra dos conflitos que iremos observar. A agudização da crise económica tem como sua consequência a crise de dominação política da burguesia no quadro da democracia parlamentar (cujos sinais mais evidentes na Europa foram o chumbo do Tratado Constitucional em França e na Holanda e a necessidade de formação de um governo de Bloco Central na Alemanha). Não há migalhas que restem para distribuir no sentido de garantir a conciliação entre o Capital e o Trabalho, pelo que independentemente das suas cores, os governos não têm alternativa senão ser cada um mais agressivo do que o anterior na sua política de ataques contra os trabalhadores e de imposição de retrocesso social, como temos aliás podido verificar com o actual governo “socialista” de Sócrates.

Neste contexto, a Esquerda que somos não pode deixar de tomar partido. A Esquerda necessária para os tempos que correm e para os tempos que aí vêm é uma Esquerda que esteja em Bloco na primeira linha dos enfrentamentos sociais. A política institucional é um campo fundamental de disputa, mas é nos combates nas ruas, nas escolas, nos lugares de trabalho, que se decidiu e se irá em última análise decidir o futuro, e é na energia dessas batalhas emancipadoras em que se clarificam os antagonismos que a Esquerda que não abdica do combate por uma ruptura civilizacional tem que apostar.

NOTA:

1 - Diaz, René Vazquez, “Um Laboratório Policial Sob o Olhar dos Países Europeus? - Repressão em Copenhaga” in *Le Monde Diplomatique* – Ed. Portuguesa, Abril 2007

DEVÍAMOS TER APOIADO UM CANDIDATO PRESIDENCIAL DO PS?

CONTRIBUTO DE LUÍS BRANCO E PEDRO SALES

O debate sobre as presidenciais fez-se a seu tempo. O Bloco decidiu apresentar o seu candidato e disputou as eleições, tendo obtido pouco mais de 5%. Cavaco ganhou. O PS dividiu-se, com um candidato (Soares) a ficar pelos 14% e outro (Alegre) a chegar aos 20%. Na apreciação dos resultados, o Bloco reafirmou a utilidade da candidatura e da disputa política. A Moção A mantém a mesma posição: o Bloco **disputou eleições presidenciais como alternativa à direita e aos candidatos da área governamental**.

Em contrapartida, as eleitas e os eleitos da Moção B na Mesa Nacional dividiram-se no momento da decisão, tendo havido quem tenha apoiado a candidatura do Bloco e quem tenha decidido não participar na campanha, em nome da defesa de uma candidatura unitária - que não existia.

Mas agora, mais de um ano depois, a surpresa vem dos signatários da Moção C, que mudaram de posição. De facto, a Ruptura/FER tomou já três posições diferentes sobre as presidenciais.

No primeiro momento, apoiou a decisão de apresentação de uma candidatura do Bloco (embora utilizando tribunas da imprensa para criticar a campanha).

No segundo momento, entendeu demarcar-se da campanha protagonizada por Francisco Louçã e elogiar Jerónimo de Sousa, que era apresentado pelos camaradas como tendo feito uma campanha exemplar, com **a forte oposição ao governo que o catapultaram para estes resultados. O forte enraizamento social que ainda possuem, aliado a esta política faz (e fez) toda a diferença face ao BE** (Gil Garcia, jornal *Ruptura*, Janeiro de 2006). Ou, mais ainda, argumentando que o voto Cavaco tinha sido um voto contra Sócrates e elogiando Jerónimo, na revista *Focus*: **“O voto em Cavaco foi também um voto de protesto contra o executivo de José Sócrates. O único partido que aproveitou a campanha para criticar o governo foi Jerónimo de Sousa e conseguiu conquistar eleitorado** (Gil Garcia à *Focus*, Janeiro de 2006). Pouco importa se Jerónimo obteve cerca de metade dos votos de Carlos Carvalhas noutras presidenciais

Agora, a Moção C apresenta uma nova posição, a terceira, criticando tanto o Bloco como o PCP por não se terem entendido no apoio a Alegre: **Todos [Bloco e PCP] defenderam uma teoria semelhante: cada partido de esquerda devia apresentar o seu candidato dado que esta seria a única forma de diminuir a abstenção (provável) e esta seria um aliado de Cavaco. Todos apresentaram os seus candidatos e Cavaco ganhou. (...) Consideramos que, à esquerda, Bloco e PCP se preocuparam mais em resguardar e fixar**

eleitorado do que se empenharam numa candidatura de unidade, alargada aos socialistas de esquerda, para derrotar efectivamente Cavaco”.

Esta candidatura de unidade era, evidentemente, Manuel Alegre. Não era nenhuma outra. Pode parecer estranho e é estranho que os autores desta proposta preferam não a concretizar, mas é evidente que o socialista de esquerda que iria derrotar efectivamente Cavaco era Alegre, apresentado como tendo aparecido **“como a alternativa de voto de repúdio às políticas do governo”**.

Perguntemos, então, se devíamos ter apoiado Alegre, participado na sua campanha, comprometendo-nos com a sua política. O próprio Ruptura respondeu sempre que não até subscrever a Moção C. Antes das eleições, Alegre era **candidato directo do governo**, **“mais uma candidatura facto que não esconde para aumentar as possibilidades do PS numa segunda volta”**. Para o Ruptura, Alegre era um **“apoiantes do governo sempre que o PS toque o sino”** (Gil Garcia, jornal *Ruptura*, Dezembro 2005).

Depois dos votos, tudo mudou. E Alegre passou a ser a **“esquerda crítica que devia fazer cair o governo Sócrates: no plano político e parlamentar, cabe ao Bloco de Esquerda fazer um desafio directo e constante no próximo período para que Manuel Alegre rompa com a maioria dos deputados do PS, dando fim à unidade em torno do governo. Desta forma, a maioria absoluta do PS na Assembleia da República poderia estar com os seus dias contados** (editorial, jornal *Ruptura*, Março 2006). Já se vê o efeito desse apelo nos ouvidos do tal socialista que apoia o governo sempre que o PS toque o sino. O certo é que Alegre nunca esboçou qualquer polarização contra a governação Sócrates e votou a favor de todas as suas medidas. O Ruptura, na mansa segurança que é defender um candidato depois de conhecer os seus resultados eleitorais, elege Alegre como candidato **a posteriori** de uma unidade-fantasma que nunca defendeu e atribui-lhe agora uma luta contra o governo que só existe no mundo da fantasia.

Que direcção é esta que muda de posição com tanto à vontade e frequência sobre as questões em que a política se decide?

Fica uma lição sobre os limites do sectarismo: sempre que tomou cada uma destas posições, a Moção C argumentou que era a única coerente e que as restantes opiniões eram capitulações social-democratas. O sectarismo vitima-se a si próprio. Mudando de posição, o Ruptura que quer uma candidatura contra as do PS não pode aceitar a posição do Ruptura que quer apoiar um dos candidatos do PS.

AS (NOVAS) CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

CONTRIBUTO DE ANTÓNIO LAGE

No mundo actual em que vivemos, existem diversos focos de instabilidade e incerteza.

Enquanto os Governos do continente Africano assistem de forma quase rendida à morte precoce dos seus habitantes, (em algumas partes a esperança de vida não vai além dos 40 anos) quer seja pela fome, quer pelas doenças (sida, malária etc), ou ainda pelas calamidades ou guerras. Os governos do continente Asiático assistem à desorientação, ódio ou guerra total nos seus territórios. O Iraque, Afeganistão, o Irão, etc são bem retratados e referenciados nas várias moções apresentadas nesta V Convenção.

- **No Ocidente** a degeneração a que o capitalismo tem levado o planeta é extraordinariamente preocupante. Os governos têm cometido erros grosseiros na procura do progresso e bem-estar mundial. A marcha civilizacional a que August Comte se referia existir, traduz-se actualmente na existência de uma **tecnociência de ponta ao serviço da mais valia e do capital**, que parece a caminho de levar o planeta à sua própria implosão. (relatório Stern, PIMC, Quioto, ou ADM).

- A via adoptada é o capitalismo e o lucro, para trás fica todo o investimento que não seja rentável, nem que para isso esteja em causa a descoberta de soluções para as mais diversas e graves doenças ou calamidades. Não é rentável o investimento, não há investimento, logo não existem resultados práticos! Por outro lado a grande aposta desta tecnociência ao serviço da mais valia do dinheiro, transporta-nos não só para atmosferas extremamente perigosas, quer seja a venda de armamento cada vez mais e mais perigoso, quer seja por ex a destruição do ambiente. Mas também para a criação de produtos que não têm qualquer necessidade de existirem de momento.

- O capitalismo da tecnociência actual, através da sua **grande estratégia de marketing**, consegue fazer com que os problemas das populações ocidentais, sejam por exemplo a TV que é de LCD, mas que devia ser de Plasma, pois **“a definição é tudo!”** e mesmo que o primeiro custe 500 euros e o segundo 5 000. (Uma mísera diferença de definição decide como podemos ou não ser felizes). Ou do DVD do filme que se viu na TV até à exaustão ou náusea mas que agora por vinte euros?! podemos aceder a ele em versão mais nítida e pasme-se, com legendagem electrónica!???

esta situação é paradigmática e reveladora da forma com o que nos sentimos felizes actualmente.

Sem estar em causa a importância destes materiais, coloca-se a questão de saber **se é premente ou não**, o surgimento deste tipo de avultados investimentos neste período da existência, em prol de outros, como a aposta na **biotecnologia**, **na investigação ao nível da saúde ou de novas energias ou ainda no combate à fome ou intempéries naturais**.

Nesta nova perspectiva, é essencial um **aumento incomensurável** das verbas que servem hoje para os estudos de análise sobre, por exemplo, o “grande pulmão” do nosso planeta, o **plâncton do mar** (responsável pela maioria do oxigénio na atmosfera.). Assim como o aumento dos investimentos de

protecção das zonas verdes da terra (floresta, quase 40% do oxigénio para a atmosfera) quer na sua preservação quer ao nível da protecção (de incêndios etc.).

Nessa matéria (**aposta na resolução de parte dos problemas através do apoio e investimento no vasto caminho por percorrer do não rentável**) fica claro que o capitalismo não pode assumir essa capacidade, (dado que dogmaticamente e como razão da sua existência, tudo tem que ser rentável para o mesmo). Em consequência dessa renúncia ou enjeito intrínseco do capitalismo sobre a resolução dos grandes problemas da actualidade, não faltará muito tempo para por um lado haver ainda mais pessoas a morrer de fome ou doenças, por causa das alterações climáticas ou outros (basta a temperatura subir 1° e mais 300 mil pessoas por ano morrerão, assim como 10% das espécies desaparecerão) por um lado, e por outro; As viagens turísticas excêntricas à volta do espaço ou o entretenimento das consolas de jogos cada vez mais virtuais e que nos transformam em seres sedentários e alienados. Mas de grande rentabilidade já se vê. Stern, PIMC, ADM etc.

O Bloco de Esquerda deve estar atento por um lado a esta forma de progresso civilizacional paradoxal, alertando sempre para aquilo que são as necessidades **prementes** da civilização e do planeta neste período de existência atribulado, acusando o aparecimento de produtos de cariz tecnológico, que são meramente de índole comercial e que tem como único e exclusivo interesse alimentar o monstro pragmático do capitalismo. E por outro lado apontando para as enormes vantagens que adveem de uma tecnociência verdadeiramente ao serviço dos problemas do ser Humano e do ambiente.

- Dada a situação de pré calamidade em que o mundo se encontra (Stern, PIMC, ADM etc) não podemos continuar a assobiar para o lado, de consola na mão, ou recostarmo-nos a fazer zapping de forma estonteante, num qualquer plasma à nossa frente, distraídos, prejurativamente distraídos, enquanto o mundo desaba à nossa volta a cada dia que passa.

- Chega de investimento em novas tecnologias de guerra
- Chega de investimento em lixo nuclear.
- Chega de investimento em produtos que já atingiram um grau de tecnologia suficientemente satisfatória.

É necessário um novo paradigma de vida.

- É urgente que América e China parem de se desculpar uma com a outra e assinem rapidamente o protocolo de quioto.

- É necessário recuperar as florestas devastadas e estudar melhor as potencialidades do plâncton dos oceanos.

- É imperioso apoiar as energias alternativas

Só o **Socialismo forte**, pode apostar ou financiar **incomensuravelmente e inequivocamente matérias que não sendo rentáveis, são de extrema utilidade para as resoluções de problemas de importância global ou planetária, recolocando novamente a humanidade na sua acertada e inevitável, marcha civilizacional, fazendo jus ao que dizia um dia Ernst Bloch “o autêntico é o que não é ainda”**.



**todos
juntos!**

**30
MAIO**

www.esquerda.net

**SARREVE
GERAL**

Bloco de Esquerda





www.esquerda.net
O portal de notícias do Bloco